

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2009/2010



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA: DESAFIOS AO
DESENVOLVIMENTO SOBERANO DO BRASIL**

RAIMUNDO MEDEIROS FILHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA: DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SOBERANO
DO BRASIL**

**Raimundo Medeiros Filho
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2010



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA: DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO
SOBERANO DO BRASIL

Raimundo Medeiros Filho
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Brasil)

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: CMG Rui Manuel Rapaz Lérias

Lisboa, 2010



Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Rui Manoel Rapaz Lérias, meu Orientador, pelas sugestões e revisões sempre amigas, ponderadas e coerentes.

Ao Contra-Almirante Cláudio Portugal de Viveiros, ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Carlos de Carvalho Roth e aos amigos que disponibilizaram a bibliografia e colaboraram para a prontificação do trabalho.

Ao meu Comandante no Porta-Aviões “São Paulo” e amigo Contra-Almirante Carlos Augusto de Moura Resende e ao meu sobrinho Marco Antonio Silva Bastos Júnior pelas sugestões, apoio, revisão do texto e bibliografia disponibilizada.

À Cecília, à Ana Clara e à Eulina, pela presença constante, estímulo e compreensão.

Muito Obrigado.



Índice

Agradecimentos	i
Índice	ii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Palavras-Chave	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
1. Introdução.....	1
2. O Brasil.....	4
a. A Apatia Política.....	5
b. As Casas Legislativas	9
c. Assuntos que poderiam ser incluídos na Estratégia Nacional de Defesa.....	11
(1) As Reservas Indígenas e a Soberania na Amazônia.....	11
(2) Educação	12
d. Síntese Conclusiva.....	14
3. O Brasil e o Plano Internacional.....	14
a. As Relações Internacionais	14
b. Reconhecimento Externo	15
c. Índia, Brasil e África do Sul – IBAS	16
d. Grupo dos Vinte.....	17
e. Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC	17
f. Mercado Comum do Sul e União de Nações Sul-Americanas.....	19
g. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	20
h. Associação de Livre Comércio das Américas	21
i. América do Sul – Aspectos Políticos.....	21



j. Síntese Conclusiva.....	25
4. As Forças Armadas e a Indústria de Defesa Brasileira	26
a. Desafios.....	26
(1) Orçamento Militar	26
(2) Tributação e Lei de Licitações	28
(3) Financiamentos e Contrato de Desenvolvimento	29
(4) Vendas ao Exterior	29
(5) Ciência, Tecnologia e Inovação	30
b. Perspectivas	34
(1) A Empresa Brasileira de Aeronáutica e o KC-390.....	34
(2) O Submarino de Propulsão Nuclear	35
(3) A Substituição dos Caças da Força Aérea Brasileira	36
c. Síntese Conclusiva	37
5. Conclusão	38
Bibliografia.....	41
Apêndice I – Glossário de Conceitos	I
Apêndice II – Amazônia Azul	II
Apêndice III – Reservas Indígenas do Brasil	III
Apêndice IV – Participação atual do Brasil em Missões de Paz.....	IV
Apêndice V – Evolução da Indústria de Defesa no Brasil a partir da Década de 50 do Século XX	VI
Apêndice VI – Matriz de Validação	VII



Tabelas

Tabela 1 – Pesquisa e Desenvolvimento em Países Membros e Não-Membros da
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico32



Resumo

Em dezembro de 2008, foi entregue à nação brasileira a Estratégia Nacional de Defesa, que tem como propósitos maiores assegurar através de uma estratégia baseada na reestruturação da indústria de defesa, reorganização e política de composição das Forças Armadas, a garantia da manutenção da soberania do território brasileiro e o desenvolvimento nacional. Na medida em que o povo brasileiro tem em sua gênese a índole pacifista, por o Brasil não se envolver a muito tempo em conflito no seu território, o que leva a um distanciamento da classe política dos assuntos de defesa, aparece por um lado a dificuldade do convencimento geral da necessidade de investimento em pesquisa desenvolvimento e inovação, vinculadas à defesa e, por outro, a desatenção política para que sejam canalizados recursos para tal.

O desafio constituído desde então é motivar os representantes legais da sociedade brasileira a abrirem espaço na agenda política para os temas relacionados à defesa, na medida em que a estratégia apresentada pretende fazer uma ponte, através de tecnologias duais, com o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, este trabalho acadêmico, baseado na visão de especialistas pesquisados, almeja identificar quais são os caminhos possíveis e necessários para que se atinja este propósito. É apontado que a consolidação do Brasil como líder regional é mandatória e que o seu atraso tecnológico no campo militar precisa ser minimizado para que se alcance um posicionamento no plano internacional coerente com a sua grandeza territorial e econômica.

Por último, pretende-se justificar que o engajamento dos diversos segmentos da nossa sociedade neste projeto será um marco importante para alocação contínua de recursos necessários para o desenvolvimento da indústria de defesa e para o preparo das Forças Armadas, o que contribuirá para a segurança nacional, desenvolvimento social, a partir de geração de empregos e qualificação técnica do pessoal envolvido, e a correta inserção do Brasil no cenário mundial.



Abstract

In December 2008 the National Defense Strategy was released with the main purposes of maintaining the sovereignty of the Brazilian territory and assuring national development, through a strategy based on the reform of the defense industry and on the transformation of the policy and organization of the armed forces. It is a fact that Brazilians have a deep peaceful mentality, as armed conflicts have not occurred inside the country for a very long time, reason why defense issues are gradually being put apart of the political agenda. This generates difficulties in understanding the need of investments in research and development linked to defense, as well as little attention paid by political leaders to this matter.

Ever since, the challenge is to motivate legal representatives of Brazilian society to place national defense issues on the political agenda, taking into account the strategy of building bridges to national development through the use of dual technology. Based on the vision of researched scholars, the present paper aims to identify the possible and necessary paths to achieve that goal. It is pointed out the imperative of consolidating Brazil as a regional leader, and the need to reduce the technological gap in the domain of military technology, so that the country may be internationally recognized according to its territorial and economic dimension.

Finally, it is also intended to prove that the engagement of the different segments of the Brazilian society in such project will be a milestone for allocating resources to the development of the defense industry, as well as to the readiness of the armed forces. The contribution to national security and to social development, through the creation of highly qualified jobs, will sustain the appropriate insertion of Brazil in the hierarchy of world nations.



Palavras-Chave

Política de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa; Forças Armadas; Indústria de Defesa; Pesquisa e Desenvolvimento; Ciência e Inovação e Tecnologia Dual.



Lista de Abreviaturas

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA – Área de Livre Comércio Sul Americana
ALTE – Almirante
AMRJ – Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
BR – Brasil
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
C&T- Ciência e Tecnologia
CMG – Capitão-de-Mar-e-Guerra
COMDEFESA- Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
DCNS – Direction de Constructions Navales Services
EB – Exército Brasileiro
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
END - Estratégia Nacional de Defesa
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
EUROCOPTER – Empresa Européia de Helicópteros
FAB – Força Aérea Brasileira
FARC – Forças Revolucionárias Colombianas
FFAA - Forças Armadas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMI – Fundo Monetário Internacional
G-20 – Grupo dos Vinte
G-4 – Grupo dos Quatro
G-7 – Grupo dos Sete
GEN – General
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
HELIBRAS – Helicópteros do Brasil
HIP – Hipótese



IBAS – Índia, Brasil e África do Sul
IDB – Indústria de Defesa Brasileira
IDE – Índice de Desenvolvimento Educacional
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
IKL-209 – Classe “Tupi”
IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil
INACE – Indústria Naval do Ceará
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MB – Marinha do Brasil
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MD – Ministério da Defesa
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
ORG – Organizado
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PDN – Política de Defesa Nacional
PEC – Projeto de Emenda a Constituição
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PLS – Projeto de Lei Suplementar
QD – Questão Derivada
SPE – Sociedade de Propósito Específica
UE – União Européia
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VLS – Veículo Lançador de Satélite
ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



“Nenhum país escapa do seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento socioeconômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. As soluções medíocres e pequenas não convêm nem interessam ao Brasil. Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento e isso simplesmente porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio”¹

Embaixador João Augusto de Araújo Castro

1. Introdução

Julgo que a importância do tema *defesa* para a sociedade brasileira é urgente. É necessário que seja amplamente discutido qual é o País que se quer construir com “paz e segurança”² para que o Brasil consiga deixar de ser eternamente o país do futuro.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi entregue à nação brasileira em Dezembro de 2008 e traz como grande novidade o fato da iniciativa da sua elaboração ter partido do poder civil, na figura do Presidente da República, em colocar em discussão um tema que sempre foi tratado e conduzido somente pelos militares. Este diploma foi montado em três eixos estruturantes que são a reorganização das Forças Armadas (FFAA), a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a política de composição dos efetivos das FFAA. Ainda, este diploma fortalece três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear.

Foi estabelecida a condicionante de que caberá à sociedade, por intermédio de seus representantes democráticos, por meio da participação direta no debate, aperfeiçoar as propostas apresentadas para emprego das parcelas do Poder Nacional para a consecução dos Objetivos Nacionais, conforme estabelecido na END (Brasil, 2008). Dessa forma, é de fato premente uma mudança de visão da classe política e da sociedade, que traga como consequência uma vontade coletiva de engajar num projeto de defesa vinculado ao desenvolvimento nacional. Não sendo feito isso, estaremos arriscados a ver o aprofundamento cada

¹ Proferido em exposição aos estagiários da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica Washington, 23 de outubro de 1971.

² Extraído da capa de apresentação da END.



vez maior das debilidades dos sistemas de defesa dos nossos interesses e do patrimônio da Nação.

O deslocamento pretendido pelo Brasil da periferia para o centro decisório junto às grandes nações, as pretensões de ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a defesa do nosso patrimônio, carecem de alicerces em políticas de desenvolvimento, educação e segurança que dêem suporte a esta caminhada. Sendo assim, é perfeitamente correta a preocupação com a busca da soberania plena e que não possa vir a ser questionada. As relações internacionais são governadas num mundo que sempre foi e será norteadas pelos desejos daqueles que respaldam os seus argumentos na força que são capazes de, sozinhos, virem a empreender ou no mínimo mostrarem que tem condição de defender seus interesses. No quadro pós guerra fria, a política internacional aponta para a relação entre os Estados marcada pela imprevisibilidade, que tem como motivação as denominadas novas ameaças (terrorismo, tráfico de drogas, pobreza externa, crescimento populacional desordenado, desigualdade de renda, questão ambiental, proliferação de armas de destruição em massa, lavagem de dinheiro, corrupção, pirataria entre outras).

Baseada no documento que apresentou a END, a presente investigação tem como propósito analisar, verificar e apontar necessidades de ajustamento de modo a integrá-la numa estratégia nacional de desenvolvimento econômico do País e de afirmação/expansão no cenário internacional.

Como o assunto é muito vasto, pretende-se perseguir parcela dos problemas a serem enfrentados no tocante à indústria de defesa e à coesão interna para que se alcancem os objetivos a que a END pretende dar resposta. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos de investigação:

- Identificar os aspectos políticos e econômicos do Brasil e sua inserção na América do Sul e no mundo;
- Identificar os interesses soberanos do Brasil e caracterizar, genericamente, o estado final desejado no panorama das relações internacionais; e
- Identificar e analisar aspectos da END que comportam desafios designadamente no que diz respeito à coesão interna, à inovação, pesquisa e desenvolvimento das indústrias de defesa.

Tendo em vista os objetivos da investigação e da delimitação do objeto do estudo, a questão central é: “que desafios se colocam ao Brasil na implementação da END tendo em



conta o seu atual estado de desenvolvimento econômico e social, em particular no domínio da coesão interna e do desenvolvimento autônomo das indústrias de defesa?”

Desta questão central resultam as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1 – Quais são os caminhos para reverter o desinteresse histórico da sociedade pelos assuntos de defesa, de forma a tornar aceitáveis os investimentos que serão necessários?

QD 2 – Em que medida a END contribui para o desenvolvimento soberano e para a afirmação do Brasil no plano internacional?

QD 3 – Justificam-se os aumentos nos investimentos nas FFAA e nas indústrias nacionais de defesa preconizados na END?

Das questões derivadas resultaram as seguintes hipóteses (HIP):

HIP 1 – O aprofundamento da discussão e do debate público sobre defesa e desenvolvimento do Brasil é necessário para a implementação e consolidação da END;

HIP 2 – A importância crescente do papel do Brasil na América do Sul e no mundo requerem a consolidação da END publicada em Dezembro de 2008; e

HIP 3 – O aumento do investimento nas FFAA, na pesquisa científica, na inovação e nas indústrias nacionais de defesa é condição necessária para garantir a implementação da END e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O estudo foi formatado em cinco capítulos, nos quais se incluem esta introdução e a conclusão. No segundo capítulo serão abordados os problemas que são decorrentes da falta de interesse da sociedade e da classe política nos assuntos de defesa, bem como, serão apresentados pareceres sobre outros temas que foram julgados como importantes de serem incluídos na END. No capítulo três serão enfocadas as perspectivas do Brasil na inserção internacional, os aspectos políticos na América do Sul que têm trazido dificuldades na integração do bloco regional e que de certa forma dificultarão que se alcancem os propósitos da END. No capítulo quatro, por ser a indústria de defesa uma das vigas mestras da estratégia, serão analisados os aspectos e perspectivas do setor face às demandas necessárias exigidas. E por fim, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões.



2. O Brasil

O pacifismo do povo brasileiro é apresentado na introdução da END como parte da sua identidade. Para Celso Lafer (Lafer, 2001:20), os fatores de persistência³ que definem a identidade internacional do Brasil são: “a escala continental na América do Sul; o relacinamento com os países vizinhos; a menor proximidade, desde a independência em 1822, dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; o tema de estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento”. O povo foi formado pelo branco europeu, o índio nativo e o negro africano. Posteriormente, já no século XX, outra leva de europeus e asiáticos, se integrou neste processo o que resultou no miscigenado *brasileiro*.

A desigualdade social ainda é grave, vem sendo minorada, mas está longe de ser resolvida. Ainda existem 15 a 20 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. A proposta da END é um caminho para o equacionamento destes problemas sociais associada a um despertar da necessidade da solução a médio e longo prazo da segurança e preservação da integridade territorial. De posse de 48% das terras da América do Sul, com 8.500.000 km², o Brasil possui o quinto maior território do mundo, oitava economia do planeta, elevado potencial agroindustrial, a quinta maior população com cerca de 190 milhões de habitantes, estando 80% concentrada ao longo de uma costa marítima de 7.700 km. No centro-norte ainda prevalecem os vazios demográficos, com áreas ainda intocadas e a infra-estrutura estratégica brasileira está numa situação que ainda não passou da linha do “Tratado de Tordesilhas” por estar concentrada na costa (Brasil, 2009:31).

São quase 17.000 km de fronteiras secas com dez países. Possui uma rede fluvial com, aproximadamente, 40.000 km de rios navegáveis. A abundância de recursos naturais, notadamente água doce e petróleo conferem praticamente a auto-suficiência energética. A escassez que o mundo deverá enfrentar de água, no Brasil, é improvável.

No Atlântico Sul, o País detém a jurisdição sobre uma imensa área. Por ela circulam mais de 90% do comércio exterior. Do seu subsolo, são extraídos 90% do petróleo para consumo interno e existem reservas de gás exploráveis que são fontes de energia alternativa. Ainda, nódulos polimetálicos e uma rica fauna de recursos vivos são encontrados, o que faz dessa área, por similitude em dimensão e riquezas com a Amazônia Legal, ser uma potencialidade estratégica para o País, sendo, assim denominada como

³ “Conjunto de circunstâncias e predicados que diferenciam a visão do Brasil e os seus interesses, como ator no cenário mundial, dos que caracterizam os demais países” (Lafer, 2001:20).



“Amazônia Azul” (Mouro Neto, 2009a). Com cerca de quatro e meio milhões de km² de área⁴, “além de ser uma essencial via de comunicação marítima, é um patrimônio de valor inestimável” (idem, ibidem) para o povo brasileiro. Sendo assim, assume dimensões econômicas estratégicas, o que leva a uma revisão da projeção dos interesses econômicos brasileiros, conseqüentemente, da projeção da soberania do País nesta rica área marítima. Diante do quadro apresentado o Brasil precisa buscar a ocupação racional dos vazios demográficos e estar preparado para proteger as riquezas tanto no mar quanto em terra. Neste sentido, a END procura corrigir estas lacunas geográficas, ao redimensionar e re-projetar as FFAA para a manutenção da soberania nacional.

Atendendo ao propósito de estruturar a Defesa Nacional, diante de um novo quadro político-estratégico brasileiro no cenário internacional, a Política de Defesa Nacional⁵ (PDN) fixou os objetivos da Defesa Nacional, definindo as orientações estratégicas para a condução da política de defesa e tem na END a orientação para o preparo e a aplicação do Poder Nacional para, ao superar óbices, alcançar e preservar objetivos estabelecidos na PDN (Resende, 2009:39). Para que os propósitos sejam alcançados, é necessário que os assuntos afetos à defesa passem a constar cada vez mais na agenda da classe política brasileira.

a. A Apatia Política⁶

Todos os problemas, que estão vinculados ao pensamento estratégico permanecem em debate em círculo praticamente restrito. Não se consegue contaminar os outros quase 200 milhões de brasileiros através de seus representantes eleitos; quais sejam senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores que podem ampliar o debate com a sociedade, através da orientação das suas bases eleitorais da perspectivas de investimentos e geração de empregos. É compreensível que a realidade diária do cidadão comum não dê condição de remetê-lo a debates acalorados sobre defesa nacional. A preocupação está vinculada, a via de regra, com o desemprego e a violência urbana. As FFAA só costumam ser lembradas, numa confusão clara entre segurança pública e nacional, nos episódios internos que apontam para a necessidade do emprego delas em garantia da lei e da ordem

⁴ Cerca de três e meio milhões km² referentes à Zona Econômica Exclusiva e cerca de um milhão km² referentes à extensão da plataforma continental, área esta pleiteada junto à Organização das Nações Unidas (ONU), conforme apresentado no Apêndice 2.

⁵ É o “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e para o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento de setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional” (PDN, 2005).

⁶ Almirante (Alte.) Flores (2003)



(GLO) ou em caso de calamidades ou crise. A responsabilidade por zelar pelo patrimônio recebido da herança dos antepassados e entregá-lo aos descendentes é de todos. O Alte. Mauro Cesar, antes da divulgação da END, teceu as seguintes considerações para a montagem de uma estratégia:

*“As dimensões modernas dos Estados e das máquinas de guerra ampliam a quase todos os outros campos de poder nacional o envolvimento na montagem de estratégias. A este nível, portanto, a estratégia deixa de ser uma atividade exclusivamente militar e passa a envolver toda a sociedade, inclusive porque se faz necessário definir com clareza os interesses nacionais, bem como avaliar, em profundidade, o quadro com todos os atores internacionais (R. Pereira, 2008:1, grifo do autor). (...) é bom lembrar que as ações para a defesa do Brasil são **responsabilidade exclusiva de brasileiros**, de nada valendo contentar-se em blasfemar, até quixotesicamente, contra aqueles que, na defesa de seus próprios interesses, afetarem os nossos”* (idem, 2008:2, grifo do autor).

Em conformidade com este pensamento, a END foi formulada por um Comitê Interministerial⁷ que consultou, entre outros, cidadãos de reconhecido saber no campo da Defesa e “deverá ser consolidada pelo povo brasileiro, por intermédio de seus representantes do sistema democrático e por meio da participação direta no debate, aperfeiçoar as propostas apresentadas” (Brasil, 2008).

O questionamento ingênuo que associa o fato do Brasil “não ter inimigos” à falta de necessidade que o País teria de se defender é uma característica do povo brasileiro (R. Pereira, 2008:2). Há de se ter atenção que a postura sempre defensiva leva a convivência pacífica, mas que não se pode abandonar a realidade de que as diferenças existentes nem sempre podem ser contornadas por negociações e podem se transformar em conflitos de forma inesperada (idem, ibidem). Se não há inimigos, para que servem os militares? Para Alsina Junior a incompreensão sobre o papel das FFAA estaria vinculada a uma espécie de pacifismo antimilitarista que teria como base a “ingenuidade bem intencionada (o sistema internacional tende a uma harmonia perfeita) e o preconceito contra as instituições de Estado que se ocupam da administração da coerção organizada” (Alsina Junior, 2008:68).

A falta de perspectivas de onde virá o problema dificulta escolher o caminho estratégico e deste fato decorre a necessidade de não haver embasamento em possibilidade de inimigo conhecido, passando a ser necessário analisar todas as possibilidades, com atenção nas de maior probabilidade, e não cabe pensar que haverá viabilidade, numa

⁷ Presidida pelo Ministro de Estado da Defesa, coordenado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos e integrada pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia, assistida pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (Brasil, 2008).



emergência, através de improviso (R. Pereira, 2008:3). A imprevisibilidade do sistema internacional, dentre outros fatores faz com que “a eclosão e a escala dos conflitos interestatais se processe de modo acelerado” (Alsina Junior, 2008:69). Estas considerações, somadas às vulnerabilidades do País, foram levadas em conta na END e poderiam render mais adeptos para a boa reflexão. Mas como fazer para alcançar a solução equilibrada e sustentável de desenvolvimento nacional, considerando a questão da indústria de defesa e sua aplicação dual e soberania do Estado brasileiro? Por ser o problema político e estratégico, o país deverá ajustar o seu pensamento estratégico, a cada época às novas circunstâncias; sendo que no Brasil esta problemática não está equacionada por ser o País desprovido de experiência e criatividade estratégica e prejudicado pela apatia política (Flores, 2003:5). O Alte. Flores apontou as causas do afastamento e os caminhos no seguinte pensamento:

*“O preconceito decorrente das interferências militares na vida nacional, agravado pelo esquerdismo do século 20, que via nos militares um obstáculo à aventura à esquerda. O desinteresse, explicável pela não percepção de ameaças e porque o Brasil não foi ator importante em guerra desde 1870; em razão da ausência de ameaça, **também porque as questões de mérito objetivo da defesa nacional não geram votos.** O despreparo é parte das insuficiências brasileiras, prejudicial porque **o preparo militar precisa pelo menos de um núcleo de políticos, de civis em geral, familiarizados com a defesa nacional**” (idem, ibidem, grifo do autor).*

As revisões do pensamento estratégico e a configuração militar estão na agenda das nações e no Brasil as demandas sociais e econômicas forçam a uma situação restritiva, pois estas assumem papel de destaque na agenda política (Flores, 2003:16), enquanto defesa e pensamento estratégicos são esquecidos ou deixados para os militares pensarem e discutirem sobre o tema. Diante desta colocação, estaria o Brasil buscando uma estratégia que procura reverter o desinteresse da sociedade pela defesa, mas que extrapola as condições orçamentárias do País? Como pensar numa estratégia com as FFAA sempre submetidas aos contingenciamentos orçamentários? Para estes dilemas, o autor encontrou as respostas na assertiva do Alte. Vidigal quando resgatou um fato importante da história recente:

*“A concepção estratégica de um país, que decorre da identificação e avaliação de suas “vulnerabilidades” estratégicas, não pode, na fase de elaboração, considerar as **restrições orçamentárias**, pois as conseqüências, neste caso, são sempre prejudiciais: (...) os Livros Brancos de Defesa do Reino Unido, de 1966 e 1981, definiram uma concepção estratégica, em função das dificuldades econômicas do país, que tornava a Royal Navy um apêndice da força*



naval americana – esse processo estava em curso em 1982, quando o Reino Unido teve de enfrentar a questão das Falklands/Malvinas, mas, felizmente para os britânicos, não estava ainda concluído. Se os argentinos tivessem esperado mais um ano, os britânicos não poderiam responder à ação argentina por não disporem de um poder naval para aquela situação. As restrições financeiras impuseram ao país a perda da flexibilidade estratégica, fundamental numa época de incertezas” (Vidigal, 2004:105).

O fato de a iniciativa ter partido do poder civil, na figura do Presidente da República, em colocar em discussão um tema que sempre foi tratado e conduzido somente pelos militares deve ser considerado um avanço. A END é baseada em ações estratégicas de médio e longo prazo. Para que estas ocorram, é necessária uma mudança na condução da política governamental, onde as políticas de estado têm que ser valorizadas sobre o modelo vigente de políticas de governo, que só tem o horizonte de execução na moldura temporal do governante do mandato em vigor.

De certa forma a absorção da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá um sinal positivo de que isto poderá ser possível, podendo se estender para o campo segurança e defesa nacionais. Tudo indica que independentemente de quem ocupe o Palácio do Planalto em 2011, a orientação da economia não sofra grandes alterações, somente correções de rumo. Mas fica a dúvida. A END será abraçada pelos novos governos? Para o bem do País é importante que seja. Como o orçamento é votado pelo Poder Legislativo é fundamental que haja uma consonância entre os Poderes e uma prioridade no tratamento do assunto.

Por outro lado, em alguns países mais avançados politicamente, a sociedade tem um papel importante na formulação da política de defesa. O Congresso Nacional supervisiona o processo de tomada de decisão dessa política, Organizações não Governamentais (ONGs) e grupos de interesse verificam a transparência do processo, participam de debates públicos e encaminham seus interesses pelos canais competentes, tomadores de decisão (Santos, 2003:7). O desinteresse da sociedade brasileira pode ser medido pelo dado de que nenhum candidato ao Congresso Nacional colocou em seu programa o assunto “defesa”, nem os candidatos⁸ a postos executivos discutiram o tema (idem, ibidem).

Diversos analistas e cientistas políticos destacam a realidade de que o Presidente da República, Comandante Supremo das FFAA, no contexto da política brasileira, pouco tem a partilhar com o Legislativo no que diz respeito à formulação dos conceitos e objetivos.

⁸ Maria Helena de Castro Santos provavelmente referiu-se à eleição da Câmara dos Deputados e ao Senado Federal no pleito anterior ao ano de 2003.



Disso decorre o equívoco de que a abordagem e discussão do tema “Defesa Nacional” não devam constar dos grandes temas que compõe a pauta parlamentar, ficando o tema restrito aos militares. Destaca-se a importância do Executivo discutir com o Poder Legislativo a END, a sua implementação e trazer o tema defesa para um amplo debate com a sociedade, com a participação de acadêmicos, empresários e sindicatos envolvidos com a indústria de defesa, nesta discussão para a retomada deste setor que, direta e indiretamente gera um arrasto tecnológico e de empregos que beneficiará a diversos setores e segmentos.

O desafio de reverter esse quadro é fundamental para o avanço dos propósitos apresentados na END. Nas disposições finais do documento, estão contidas propostas e projetos de lei que dependem da atuação dos parlamentares⁹.

b. As Casas Legislativas

O problema começa na discussão do orçamento. As necessidades sociais existem, mas também é fato que as prioridades na votação nem sempre estão direcionadas para os grandes problemas nacionais. “É preciso protegê-lo do vilipêndio político tão bem caracterizado na votação do orçamento, quando a constrição orçamentária do preparo da defesa merece menos atenção do que as emendas paroquiais inexpressivas para o país, mas influentes no mercado eleitoral” (Flores, 2004:35).

No tocante às relações internacionais e à defesa, o aspecto relevante é que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal possuem uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) com atribuições bastante semelhantes. São encarregadas, dentre outras de emitir pareceres sobre comércio exterior e sobre as FFAA de acordo com os regimentos das duas Casas (Maia e Cesar, 2004:369). Portanto os comentários que foram atribuídos acima, referentes ao desinteresse pela Defesa, grosso modo, também se aplicam às Relações Internacionais. Se o País pretende e precisa que aumente o comércio exterior, conforme será abordado no próximo capítulo, notadamente através de vendas da área de defesa (END, 2008:45), de uma forma geral, este perfil e comportamento precisa ser alterado.

Realizado um levantamento foi constatado que em comparação com a política interna, os projetos de lei que versam sobre política externa são poucos (Maia e Cesar, *ibidem*). A média, de 1985 a 2003, foi de apenas dois projetos de matérias do gênero apreciadas por ano. A maioria dos projetos de emenda a constituição (PEC) e projetos de

⁹ Em anexo à END classificado como tarefas a realizar estão contidas propostas e modificações de leis.



lei complementar (PLS) apresentados versavam sobre a condição do estrangeiro em território brasileiro (PLS) ou sobre o papel do legislativo no processo decisório da política externa (PEC). A única contribuição legislativa, encontrada onde havia uma ponte entre a política externa e a política de defesa foi a PLS 281/2003, que obriga o ensino de Direito Internacional dos Conflitos Armados nas Academias Militares (*idem, ibidem*). Por inferência, a preocupação com a Convenção de Genebra tinha como propósito proporcionar aos futuros oficiais a familiarização com o objeto de trabalho das Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos “livros resumo” dos trabalhos legislativos do ano de 2009 (Brasil, 2010a), imediatamente após a divulgação da END, segundo pesquisa empreendida pelo autor, não foi localizada nenhuma referência à defesa e às FFAA, o que dá uma idéia do quão marginal é esta pauta na agenda das discussões políticas brasileiras. Se não há interesse não há conhecimento. “A lacuna de conhecimento na área de Defesa existente no Congresso Nacional, será sem sombra de dúvida, um grande ponto fraco a ser transposto” (Resende, 2009:41). Essa afirmativa pode ser comprovada pelo pouco conhecimento demonstrado, sobre o assunto, na audiência pública de Agosto de 2009 quando o Ministro da Defesa foi convocado para explicar a construção do submarino de propulsão nuclear (Brasil, 2009).

Falta dinamismo para as CREDN. Para Ibsen Pinheiro¹⁰ (Pinheiro, 2008) “desempenham função estática e não geradora de decisões”. Na realidade, a Segurança Nacional deveria ser pensada pelo poder civil, por ele explicada à população e por fim, executada pelas FFAA. No caso do submarino, o desejável seria o poder político ter concluído que há a necessidade de evolução da concepção dissuasória no Atlântico Sul e para tal justificar a construção autóctone deste navio. A idéia de estruturar em Brasília, próximo ao poder político, um campus¹¹ da Escola Superior de Guerra (ESG) bem como a criação de quadros de especialistas de defesa¹² poderá, em médio prazo, equacionar esta ausência de pessoal familiarizado com este tema no Ministério da Defesa e nas Casas Legislativas.

Até que este quadro evolua, a solução premente discutida em seu trabalho acadêmico pelo Alte. Resende passa pelas assessorias parlamentares (Resende, 2009). Elas precisarão desempenhar papel importante na discussão dos assuntos afetos à END, seja no

¹⁰ Ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

¹¹ É uma evolução da proposta inicial da END de transferir a ESG para Brasília. Foi anunciada pelo Ministro da Defesa em Agosto de 2009.

¹² A criação de quadro específico de especialistas de defesa deverá ser um projeto de lei que consta como uma das tarefas a realizar da END.



tocante às discussões com relação aos incentivos fiscais à indústria de defesa, como mostrar à classe política as especificidades de cada Força Singular, as dimensões envolvidas com relação ao emprego e mobilização de tropas e meios, as deficiências e necessidades para uma reestruturação das FFAA para desempenho dos interesses e aspirações nacionais, neste caso, através da ação intensa dos assessores militares.

A PDN sofreu críticas quando foi divulgada. O bom sinal, além da iniciativa não ter sido das FFAA é que as críticas novamente apareceram. O mau sinal é que, já decorridos mais de ano e meio, elas estão arrefecidas. Na modesta opinião do autor, a END diz o que o Brasil deseja: poder dizer não quando preciso for (Brasil, 2008:2). Deixar a condição de potência em desenvolvimento e ingressar no rol dos países com capacidade soberana de desenvolver a sua defesa. Mas para isso o Poder Legislativo precisa, para já, se empenhar nas suas responsabilidades e também discutir as alterações que se façam necessárias.

c. Assuntos que poderiam ser incluídos na Estratégia Nacional de Defesa

Dentro da perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento da END o autor apresenta dois pareceres por ter a opinião que o primeiro aborda um tema que poderá dar reflexos negativos na manutenção da integridade territorial. O segundo remete à reflexão mais alargada, na visão do autor, do problema da educação para que não seja comprometido o desenvolvimento tecnológico pretendido.

(1) As Reservas Indígenas e a Soberania na Amazônia

O autor considera que este assunto suscita preocupações e cautela, por parte da classe política. Não há consenso e deveria ser discutido. Será mesmo importante preservar “nações” indígenas tão próximas das fronteiras ao longo de grandes áreas contínuas? Por que não fazê-las, de forma descontinuada e próximas de Manaus ou Boa Vista, por exemplo, com mais possibilidade de assistência aos índios? Em 2005, o Supremo Tribunal Federal decidiu que plantadores de arroz, não índios, deveriam ser removidos da reserva Raposa Serra do Sol¹³. As terras são próximas da tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana e ocupam uma área de 1.7 milhões de hectares, onde estavam sendo plantadas 160 mil toneladas de arroz. São 45% do território de Roraima, incluindo outras reservas, disponíveis para menos de 20.000 índios onde a soberania do Estado, no futuro, poderá ser questionada. Além disso, 27% do Estado de Roraima são áreas de preservação ambiental.

¹³ Situada na Região Amazônica no Estado de Roraima.



Com estes números sobra menos de 30% para a economia do estado. Na visão do autor outras reservas, de mesmo potencial de problema para a soberania, já foram demarcadas de acordo com o contido no Apêndice 3 e estas poderão gerar precedentes.

O General Heleno, à época Comandante Militar da Amazônia citou o posicionamento da ONU que pediu a desmilitarização das terras indígenas para a “paz, progresso e desenvolvimento econômico social” (Pereira, 2008). O diretor da Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima, o índio da etnia tuxaua Jonas Marcolino, disse que a influência de ONGs estrangeiras na reserva poderia “ameaçar a soberania nacional” (Marcolino, 2008). Ibsen Pinheiro, sobre este assunto alertou:

“Há de se acompanhar e evitar a estimulação de divisões étnicas do nosso País como as demarcações de terras indígenas, constituindo um conceito de nação indígena com território e língua próprios, autonomia administrativa e até mesmo bandeira, caracterizando total separação do Estado nacional brasileiro. Reconhecimento internacional às chamadas nações indígenas dentro do território brasileiro não faltará.” (Pinheiro, 2008).

Além de contribuir para a vulnerabilidade das fronteiras, aparece aqui um processo contrário a todos os valores já citados da bem sucedida miscigenação brasileira. Há também uma aparente falta de sintonia com o que foi delineado pela END para a região. A preocupação com a ocupação e a monitoração do território, na opinião do autor, poderá ser minada e cerceada pela falta de ocupação ordenada próximo de fronteiras com potencial de problema como são as da região norte. E quanto às ONGs? Estarão todas na Amazônia a serviço de ideais ou de Estados? O autor considera que estão sendo introduzidos valores que não fazem parte da nossa formação como povo (índios e não-índios) e somado às demarcações, a soberania na região amazônica, no futuro, poderá ficar comprometida. O assunto demarcação de terras merece ser aprofundado e incluído no contexto “Amazônia” da Estratégia Nacional de Defesa.

(2) Educação

Quando se fala sobre as assimetrias na América do Sul somos instigados a imaginar um Brasil grande com problemas na sua periferia. Mas como lidar com a avaliação da queda do padrão de ensino no Brasil nos últimos anos, com a conseqüente reclassificação no nível mundial para um posicionamento inferior ao de países vizinhos com uma



economia de menor escala?(Folha, 2010)¹⁴ A END definiu, acertadamente, que um dos fatores que asseguram a independência nacional é a democratização de oportunidades educativas (END, 2008:2). Cristovam Buarque (Brasil, 2009:46), ex- Ministro da Educação e voz quase solitária sobre o assunto na vida pública mostrou-se corretamente preocupado porque o enfoque está voltado somente para a formação tecnológica e para o ensino nas FFAA. Emitiu dois conceitos que dão exatamente a dimensão do problema: “país deseducado é país desarmado” e “os 200 milhões de cérebros que esse País tem são parte de um sistema de defesa, desde que recebam o desenvolvimento necessário através da educação” (idem, ibidem).

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em Dezembro de 2009 indicou que apenas metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio na idade adequada e que 44% ainda não concluíram nem o ensino fundamental (Conceição, 2009). Para construir uma sociedade que domine o conhecimento, onde a necessidade de equipamentos das FFAA apóie-se em tecnologias de domínio nacional, o problema tem que ser pensado desde a raiz, a partir do ensino fundamental, incluindo a valorização do profissional de educação. Ou seja, para o País não ficar carente de mão de obra qualificada frente a estes números e atingir o desenvolvimento em mais alto nível tecnológico terá que investir em educação.

É fato que o político é imediatista e busca o seu fortalecimento político que o leve à reeleição (Aragão, 1994), bem como não leva em conta a necessidade de tempo que a educação requer para que o retorno apareça (Góis, 2009:67). Mas há certa hipocrisia em cobrar tudo da classe política porque poucos votam no candidato à presidência da República pelo programa de educação (Farell, 2009:223). Para Rossi (2009:74) em todas as campanhas políticas a educação aparece como prioridade, mas a sociedade não cobra e por isso dificilmente a solução virá de uma autoridade. Na apresentação da END não aparece o Ministério da Educação como componente do grupo de trabalho, ou seja, aparentemente faltou o envolvimento dos representantes da classe acadêmica na discussão deste importante tema. O autor considera realmente que o momento democrático do voto deva ser bem utilizado, mas a classe política precisa preocupar-se mais com a educação e todo o arrasto que gera na sociedade e na economia do País. Ou o tema toma sua posição de

¹⁴ No relatório “Educação para Todos”, da ONU para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi apresentada a baixa qualidade do ensino nas escolas que é diretamente responsável por colocar o País na 88ª posição no Índice de Desenvolvimento Educacional (IDE), com resultado 0,883 (Folha, 2010).



destaque junto à classe política ou o Brasil continuará a ser o País do futuro. O assunto também merece ser incluído nos objetivos da END.

d. Síntese Conclusiva

A falta de interesse do povo brasileiro pelos assuntos de defesa baseado na falsa idéia da falta de riscos, tanto do cidadão como dos parlamentares, aparece como desafio para o desenvolvimento da END. Projetos e propostas de lei que constam daquele diploma legal precisam de debate e de decisões de curto prazo, bem como a um respaldo parlamentar com relação à análise e elaboração do orçamento nacional. O autor entende que as reservas indígenas e a educação também devam ser inseridas na discussão. As CREDN precisam ser mais dinâmicas e esta situação só será revertida quando o País tiver gente com formação nos assuntos de defesa. Até que isso ocorra será fundamental a participação ativa dos assessores parlamentares junto aos representantes da sociedade e do envolvimento da própria sociedade, em torno daqueles representantes legais por ela eleitos, a fim de que sejam tratados estes assuntos que são vitais para o futuro do País. Portanto para que a END seja consolidada é necessário o aprofundamento do debate que proporcione a consciência coletiva da importância da defesa dos interesses da Nação.

A H1 está validada.

3. O Brasil e o Plano Internacional

a. As Relações Internacionais

De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal (Brasil, 1988), as ações do Brasil deverão ser regidas pelos princípios de não-intervenção e igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Este perfil remonta à tradição diplomática brasileira desenvolvida nos fins do Império e no início do Período Republicano pelo Barão do Rio Branco. Deve-se a ele o mérito do Brasil ser o único país do continente com fronteiras reconhecidas por tratados oficiais pelos vizinhos, ainda que estes, até hoje, tenham questões fronteiriças entre si (Chacon, 2004:49). Este compromisso político sempre se pautou na defesa de uma ordem institucional harmônica e o respeito à soberania dos Estados. Diz ainda, no parágrafo único



deste mesmo artigo 4º, que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 1988).

O Brasil, do fim do século XIX e começo do XX, já estava com seu território consolidado. Não que o País fosse mais virtuoso do que os outros, mas porque a expansão já havia sido alcançada e consolidada nos séculos anteriores (Ricupero, 2000:51), conduzida em maior parte pelos portugueses, que souberam manter a integridade territorial ao longo dos anos, bem como, herdamos dos nossos colonizadores este importante conceito e soubemos mantê-la após a nossa independência. A confiança no direito, a recusa a idéias expansionistas e afirmação de não interferência em assuntos internos, são constantes na postura diplomática brasileira (idem, ibidem). Neste contexto, o Brasil sempre teve como grande parceiro hemisférico os Estados Unidos da América (EUA). Na década de 70 aproximou-se da China e mantém relações tradicionais com a UE, América Latina e passou a fortalecer estas relações também com Índia, África do Sul e com outros países africanos. De Portugal houve um afastamento em 1974. Agora, como são os dois mais importantes partícipes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e servem um ao outro de entrada nos seus continentes, é desejável que o diálogo seja ampliado.

No campo militar, por exemplo, encontrou na França o parceiro para transferir tecnologia da construção do casco do submarino de propulsão nuclear, está à procura de quem faça o mesmo para os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB); com a Ucrânia desenvolve o veículo lançador de satélite (VLS) em Alcântara, no Maranhão, e com a Namíbia está ajudando na implantação da Marinha de Guerra daquele país. Deixou claro na END que não quer mais ser mero comprador de equipamento militar e pretende estreitar relações na América do Sul e com os países da CPLP através de parcerias vinculadas ao desenvolvimento tecnológico. Segundo Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, o atual governo estabeleceu como prioridades a integração com a América do Sul, África, Oriente Médio, Ásia e os reflexos já são percebidos no comércio exterior (Amorim, 2009). Com a América do Sul aumentou em 20%, a África, como um todo, passou a ser o quarto parceiro, só ficando atrás de China, EUA e Argentina. Estes esforços são importantes porque apesar da dimensão política e econômica do Brasil, o País só responde por 1% do total exportado no mundo (Nunes, 2007:31).



b. O Reconhecimento Externo

Hoje, o papel de potência regional tem gerado desafios e capacidades políticas e diplomáticas ao Brasil (Hirst, 2009:5). Zapatero¹⁵ (MRE, 2009b) considera que o Brasil "é um dos países emergentes que conta com uma democracia consolidada e está chamado a desempenhar nas décadas seguintes uma crescente liderança política e econômica no mundo, como já faz na América Latina com notável acerto" e Sarkozy¹⁶ tem defendido a presença do Brasil no CSNU. A credibilidade externa do País é reflexo direto da estabilidade econômica e do aprofundamento da democracia. Para Henrique Meirelles (2010), Presidente do Banco Central, hoje há uma diferença na percepção do papel do País no contexto internacional. O Brasil é percebido como sério ou, em outros termos, potência emergente do Sul. Neste novo ordenamento mundial, o País tem buscado se colocar como um intermediador entre o Norte e o Sul. Ao contrário da Venezuela, por exemplo, que busca um discurso notadamente contra o sistema capitalista e a hegemonia americana, o Brasil se coloca como reformista, conciliador, e por isso, goza de maior simpatia e credibilidade, nos círculos políticos europeus e americanos. Em editorial, o jornal argentino "La Nacion" (MRE, 2009b) afirmou que, enquanto a Argentina perde espaço e importância no cenário internacional, o Brasil se consolida como "líder regional e ator global de primeira ordem".

A participação ativa do Brasil em Missões de Paz desde 1952 tem sido crescente¹⁷, valorizada e usada como argumento para o pleito para a vaga de membro permanente do CSNU. A missão para a estabilização do Haiti, MINUSTAH, foi criada em 2004 e desde então tem o Brasil na liderança militar. A iniciativa para assumir o controle da Missão foi bem vista pelos EUA e acabou por dar um reconhecimento da atuação do País em toda a América Latina, notadamente na América Central. A missão conta com cerca de 9.000 pessoas, sendo 2.000 civis. Do contingente militar¹⁸ cerca de 2.100 são brasileiros. Depois do terremoto de 2010, o Brasil deverá permanecer mais tempo naquele País bem como reforçará o contingente para a manutenção dos trabalhos de estabilização que estão sendo lá alcançados.

¹⁵ Primeiro Ministro da Espanha.

¹⁶ Presidente Francês.

¹⁷ Além do Haiti, o Brasil está presente em 13 outras missões conforme apresentado no Apêndice 4.

¹⁸ Os países que também fazem parte do contingente da Minustah são Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Iêmen, Jordânia, Malásia, Marrocos, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai.



c. Índia, Brasil e África do Sul – IBAS

Em 2003 a África do Sul aproximou-se do Brasil com o propósito final de unir o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) à União Aduaneira Sul-Africana da qual também faz parte a Índia. Os Países estão buscando uma melhor inserção na comunidade de nações, visam tratar da mesma forma temas globais e contribuir na construção de uma nova arquitetura internacional. A concepção foi de melhorar as relações “sul-sul” através da colaboração nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, defesa, dentre outros. O grupo defende a reforma do CSNU. O comércio, da ordem de 10 bilhões/ano, deverá ser elevado, até 2015 para 25 bilhões/ano (dólares) entre os três parceiros.

d. Grupo dos Vinte

O Grupo dos Vinte (G-20) reúne 19 países de economias desenvolvidas e emergentes¹⁹ e representa aproximadamente 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 2/3 da população global. Este grupo foi estabelecido em 1999 como resposta à necessidade de maior coordenação internacional depois das crises financeiras. Atualmente, é um dos mais influentes fóruns internacionais, onde são discutidas questões fundamentais referentes ao funcionamento da economia global. O Brasil é membro ativo do G-20 desde a sua criação. Em 2008 a sua liderança alinhou-se à estratégia de apresentar maior participação brasileira nos principais fóruns e organismos financeiros internacionais. Na opinião do General Loureiro dos Santos (2009) a participação do Brasil tem sido fundamental e é deste grupo que tem de fato saído as definições mundiais e não do Grupo dos Sete (G-7) (econômicas) ou do CSNU (políticas) por terem os dois organismos perdido legitimidade por não representarem as necessidades dos demais países, principalmente as demandas sociais dos países emergentes e pobres.

e. Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC

Este acrônimo foi criado em 2001 por Jim O’Neill, economista do Banco de Investimentos Goldman Sachs. É criticado por não incluir África do Sul, México e Turquia bem como, por reunir países com características diferentes na economia, política e campo

¹⁹ Membros Componentes: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. A União Européia também é membro e se faz representar por intermédio da presidência rotativa do Conselho da União Européia e do Banco Central Europeu. O Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Presidente do Banco Mundial também participam de maneira *ex-officio* das reuniões do G-20.



social. Mas teve a força para gerar em 2009 uma reunião dos quatro Chefes de Estado e tem proporcionado uma série de acordos. Eles defenderam maior participação em instituições financeiras internacionais e um sistema monetário diversificado, estável e previsível. A pior taxa de crescimento é a do Brasil. É o único que não dominou o ciclo completo de energia nuclear. Estes Estados têm buscado os mercados africanos, estando a China na liderança desta disputa.

Despontam como grandes potências, dentre as razões, o imenso território, crescimento econômico e população. Mas, apresentam profundos problemas estruturais a serem resolvidos, como bolsões de pobreza, conflitos urbanos e infra-estrutura. Neste particular, investidores portugueses, por exemplo, estão sendo incentivados a aplicar em empresas européias que estão consolidando seus rendimentos nestes Países (Abreu, 2010: 4). Em algumas delas, como a Portugal Telecom, mais da metade das receitas são provenientes do Brasil e o grande motivo na aposta é o fato dos programas sociais do governo brasileiro provocarem uma explosão do consumo interno²⁰.

Como citado, o Brasil possui a pior taxa de crescimento dos BRIC e pretende expandir o seu comércio exterior como solução econômica para reverter este quadro. Marcio Holland²¹ não concorda com o que chamou de “primarização” da pauta exportadora, porque menos manufaturados com agregado tecnológico têm deixado o País (Holland, 2010). O crescimento econômico deve ser mantido em curto prazo, mas, para o economista, este modelo não se sustentará. O que é ponto de atração do capital externo, a nova classe média comprando mais e o câmbio valorizado favorecendo as importações, tem feito com que o País não desenvolva tecnologia. Nos últimos dez anos, o investimento na indústria de média e alta tecnologia subiu 22% enquanto que na de baixo valor agregado subiu 490%. O crescimento do PIB está baseado no consumo das famílias e isso está gerando uma sociedade em curto prazo sem poupança. Ainda para o economista o País precisa de um plano estratégico para mudar o rumo onde a economia do conhecimento terá a capacidade de proporcionar um País rico, como já é, e mais justo, como deve ser.

²⁰ Justificativa apresentada pelo Presidente do Grupo Portugal Telecom Zeinaldo Brava em palestra no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) em Dezembro de 2009.

²¹ O professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo considerou que em 1950 o Brasil exportava 2% do total mundial; que a partir dos anos 1970 (coincidente com o aquecimento da indústria de defesa, como será abordado no próximo capítulo) a exportação de primários que era de 75% à 40 anos começou a cair e chegou a 44% em 2005. Voltou a subir e chegou em 2010 a 54% e que continua crescente. Disse que comparado com alguns países da América Latina, onde os primários exportados chegam a 80% a situação não é ruim. O País passou a vender menos para os EUA e mais para China sendo que 85% de baixo valor agregado.



A mudança no perfil da produção deverá ser o fio condutor entre o MERCOSUL e a END. Incluir os países do entorno regional para reduzir as assimetrias dentro da promessa das tecnologias duais, apresentada na END, de fato deverá fortalecer o Continente e afastar a sombra das conturbações políticas que tanto atrapalham o processo de integração. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (Silva, 2010) os dirigentes políticos têm que estar liberados para arquitetar um Continente soberano e integrado e não reduzir a discussão para o nível de preço de geladeira e açúcar; este assunto, para o cientista político, é para escalão inferior. O autor considera que, nesta lógica, os sucessos dos propósitos da END poderão, em grande parte, estar vinculados ao MERCOSUL e à União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e dar mais vantagens ao País frente aos gigantes deste grupo.

f. Mercado Comum do Sul e União de Nações Sul-Americanas²²

Brasil e Argentina, depois de perderem duas décadas em desentendimentos motivados pelo aproveitamento da Bacia do Prata e por programas nucleares distintos, perceberam o custo político, econômico e militar destes afastamentos, e resolveram em 1985 buscar um caminho comum. O MERCOSUL permite a integração que deverá proporcionar, mais do que vantagens comerciais, o reforço regional dos países no plano mundial. “Neste sentido, não deve constituir-se num fim em si mesmo, nem o aspecto comercial deve ser o objetivo essencial, mas fazer parte de um projeto maior” (Vizentini, 2001:128). Para contrapor o Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), o Brasil reagiu e lançou a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e estabeleceu com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), numa estratégia de círculos concêntricos a partir do MERCOSUL (idem, ibidem).

O MERCOSUL tem encontrado dificuldades para avançar. Desde a sua criação os desentendimentos são recorrentes. Em grande parte, o problema é a escala e a diversidade da economia brasileira, que garante altos níveis de auto-suficiência. Para Celso Marcos Vieira de Souza, Embaixador do Brasil em Portugal, esse processo é normal na medida em que a UE levou cerca de 50 anos para atingir o modelo atual (Souza, 2010). Num segundo estágio, em 1991, o Tratado de Assunção entre Brasil e Argentina tinha por propósito

²² A UNASUL pretende estabelecer uma zona de livre comércio continental com a união das duas organizações de livre comércio, Mercosul e Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname, nos moldes da União Europeia (EU).



estabelecer uma política-estratégia para fazer frente à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O Chile apostou numa relação bilateral com os EUA tendo em conta as altas taxas praticadas por Brasil e Argentina, mas após dez anos de afastamento, procurou uma reaproximação de forma a contornar o vazio político-econômico deixado pela sua ausência. O Paraguai oscila entre o MERCOSUL e uma bilateralidade com os EUA e une-se ao Uruguai com relação às desconfianças dos propósitos do Brasil. Nas gestões do Presidente Fernando Henrique, houve a tentativa de aproximação com a Comunidade Andina, o que foi dificultada pelas crises políticas regionais. Em 2005, já no governo do Presidente Lula, a Argentina se posicionou contra as pretensões do Brasil de torna-se membro permanente do CSNU. Era uma manobra para pressionar por salvaguardas para suas mercadorias no comércio regional. Para Campos e Vadell as concessões feitas pelo Brasil são um sinal de retrocesso no processo de integração (Campos e Vadell, 2009:9). Mas para o Embaixador Vieira de Souza (ibidem) são importantes, pois facilitam a integração e por estar a Argentina com uma crise financeira grande, passou a ser fundamental a ajuda do Brasil.

Em 2008, representantes da América do Sul assinaram o tratado constitutivo da UNASUL que tem como propósitos o fortalecimento do dialogo político e o aprofundamento da integração regional (Campos e Vadell, 2009: 16) e, por iniciativa do Brasil, os países membros criaram o Conselho de Defesa Sul Americano²³. A Venezuela, ao nacionalizar empresas de capital argentino, enfraqueceu o seu relacionamento com aquele País, o que dificultou o seu ingresso no MERCOSUL. Depois de forte resistência do Congresso Nacional brasileiro, a sua entrada neste bloco depende, agora, da aprovação do Paraguai²⁴. Destaca-se que o seu ingresso poderá fortalecer o MERCOSUL frente às exportações chinesas que já são uma realidade na África e constituem-se numa sombra no entorno do Brasil e apresentam tendência de crescimento (Silva, 2006: 6).

Brasil e Argentina antes de resolver as diversas diferenças na condução das suas economias têm de inverter a prioridade e colocar a política na frente da economia. Além disso, a pretensão brasileira de consolidar a liderança regional passa pelo reconhecimento da Argentina (Campos e Vadell, 2009:9).

²³ Como um dos objetivos da UNASUL é a afirmação da identidade sul-americana, o Brasil defende que isso seja estendido para o campo da defesa (Bohmer Junior, 2009). A END prevê o fortalecimento deste Conselho para que tenha papel relevante na articulação entre o campo civil e militar.

²⁴ Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Chile, Bolívia e Peru são associados. A entrada de novos membros deve ser aprovada pelo poder legislativo dos Estados membros.



g. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Brasil tem insistido, já há algum tempo, na tese de que a reforma do CSNU é fundamental para democratização da instituição. Em 1998, o Brasil assinou o tratado de não proliferação nuclear onde um dos propósitos era pleitear a vaga permanente no Conselho de Segurança. Alemanha, Brasil, Índia e Japão formaram o G-4 para expandir o CSNU de cinco para 10 membros permanentes, sendo o quinto membro um país africano. Enquanto França e Alemanha apóiam o Brasil, o mesmo não acontece no âmbito regional. Argentina e México precisam ser conquistados. Quanto a estes dois atores, o desgaste regional poderá ser maior do que a conquista da vaga. Para o autor, é fato que a ONU precisa desta reforma para dar legitimidade às suas decisões. Entretanto, dificilmente ocorrerá porque, dos membros permanentes, a França é a única que tem apoiado este caminho. Em ocorrendo, caberá ao Brasil uma série de encargos políticos e econômicos que o País precisa estar preparado para assumi-los. O paradigma desta empreitada é que a identidade pacifista será confrontada com decisões que, muitas das vezes, poderão implicar em intervenções que não tem respaldo nas nossas tradições diplomáticas.

h. Associação de Livre Comércio das Américas

Os desentendimentos sobre a ALCA ficaram bem evidentes no início do governo Lula (Hirst, 2009:7). O Brasil constatou que o custo político da retirada hemisférica das negociações poderia ser maior do que a permanência. A obstrução pragmática do Brasil somada às objeções ideológicas da Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, implodiram a aliança. “O Brasil sofreria, em muitas áreas, **grave perda de autonomia decisória**. De todas as negociações internacionais em curso, **essa é a que representa a maior ameaça à soberania do país**” (Batista Junior. 2003:140, grifos do autor). Este entendimento está correto porque as indústrias perderiam competitividade frente as norte-americanas e rapidamente o País passaria a ser um mero exportador de matérias primas e importador de manufaturados.

i. América do Sul – Aspectos Políticos

Diferenças históricas, entre os Estados, tendem a desaparecer desde que o ambiente democrático e os arranjos econômicos prevaleçam. Mas problemas ligados à criminalidade organizada e situações mal resolvidas dentro dos territórios podem trazer perturbação para região (Flores, 2003:8). Este é o pensamento da grande maioria dos estrategistas que



entendem que o ambiente na região é de paz. Entretanto o autor preferiu analisar alguns aspectos que a ele parecem relevantes na medida em que pequenos problemas poderão ser potencializados por países da região caso venham a apresentar algum desvio da linha democrática.

A América do Sul tem o maior reservatório de água do mundo, o Aquífero Guarani, e tem na Venezuela a maior produção petrolífera fora do Oriente Médio. Confirmadas as expectativas da camada pré-sal brasileira esses números regionais aumentarão. O Reino Unido anunciou a exploração de petróleo nas Malvinas o que fez reacender o problema com a Argentina. Boa parte da terra da região é agricultável. Na opinião deste autor, aqui estão relacionados os problemas que a humanidade começa a disputar com mais intensidade: água, energia e alimentos. As assimetrias entre os Estados são grandes e a região tem vivido um período de hegemonia de governos de esquerda, alguns mais radicais, outros menos; uns que buscam a ideologia do socialismo combinado com economia de mercado que visam à modernização e desenvolvimento social da população – Brasil e Chile²⁵. Outros com cunho saudosista do socialismo soviético com a sedução folclórica da guerrilha cubana – Venezuela, Bolívia e Equador.

A região viveu durante o governo de George W. Bush, um período de afastamento dos EUA, tendo baixa prioridade na sua agenda, principalmente no período pós 11 de Setembro, onde o foco das atenções se voltou para o Oriente Médio. Embora o Brasil incomode o governo de Washington por tentar deslocar-se da sua esfera de atuação, o fato de manter um discurso moderado o faz desempenhar um importante papel de articulador com os Estados regionais, principalmente com os mais radicais de esquerda, e se mantém, desta forma, como o maior aliado de Washington no continente sul.

Os laços com os vizinhos são complexos e há especificidades do relacionamento do Brasil com cada um isoladamente (Hist, 2009:4). O caminho adotado tem sido uma espécie de “diplomacia expansionista”, o uso do diálogo em substituição à força chamada por alguns de “soft power²⁶”. O País não pretende uma mudança de postura para um “hard power” com o anúncio da END. Trata-se simplesmente do despertar de que, daqui por adiante, as questões estratégicas e os interesses nacionais deverão ter prioridade na pauta da agenda nacional e estar pronto a agir de forma dissuasória na contenção de ameaças às

²⁵ Após 20 anos, por ocasião da conclusão deste trabalho, assumiu a presidência do Chile um governo de direita.

²⁶ Ação de projetar poder sem ser pelo uso da força sobre outros Estados.



vulnerabilidades que são proporcionadas, basicamente, pelos vazios demográficos na região amazônica, pela produção de petróleo concentrada no mar e pela necessidade de integração e desenvolvimento regional.

Ainda que simpatizante ao Presidente Lula, mas com discursos eleitoreiros que prometiam questionamentos e revisões de tratados com o Brasil, também chegaram ao poder partidos de esquerda nos governos do Equador, Bolívia e Paraguai. Hugo Chávez que vem permanecendo no poder através de reeleições sucessivas e mantém em curso a sua “revolução bolivariana” até 2013, mas com projeto de se perpetuar no poder. Já fechou diversos meios de comunicação. Estreitou relações com Cuba, Iraque e Líbia, criando um fosso nas relações com o governo Bush e não as melhorou na atual gestão de Barak Obama. A grande e paradoxal virtude de Chávez é ter deslocado a atenção da Venezuela para o sul, antes totalmente voltada para o ex-parceiro do norte. Entretanto, a sua obsessão em criar um clima de instabilidade junto à Colômbia e aos EUA poderá ser um grande obstáculo na consumação dos propósitos de uma aliança político-econômica alargada no continente e até mesmo do futuro do MERCOSUL.

Na Bolívia, a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) investiu na produção de gás, deixando de fazê-lo na Amazônia e na Bacia de Campos, passando, desta forma, a produzir, naquele País, 80% do gás consumido no Brasil e na Argentina. O País vive uma instabilidade política entre a parte rica não índia e a pobre “cocaleira” que apóia Evo Morales. Esta situação levou à ocupação das dependências das instalações da PETROBRAS pelo exército boliviano. O Brasil ao não reagir à ocorrência, procurou manter o equilíbrio político interno da Bolívia e evitar ações de atores externos que pudessem comprometer a economia brasileira regional, com consequentes êxodos e movimentos populacionais que pudessem perturbar as localidades brasileiras próximas.

No Equador, ao assumir o mandato, o Presidente Rafael Correa não quis saldar uma dívida com o Brasil e o Paraguai forçou uma negociação sobre os preços da energia demandada para o Brasil a ser paga da sua parte de geração da Usina de Itaipu²⁷ (destaca-se que no Paraguai era promessa de campanha do então candidato). A idéia de auxiliar os vizinhos menores na promoção de desenvolvimento causou a insatisfação interna da oposição e

²⁷ O Paraguai possui direito de utilização de 50% da energia produzida por Itaipu. Só utiliza 5% dessa energia, o que já é suficiente para atender 95% de sua demanda energética e pelo acordo firmado em 1973, entre os dois países, o excedente de energia tem que ser vendido ao Brasil. O Paraguai reclamou do valor pago pelo Brasil e um novo acordo foi assinado em 2009.



da opinião pública por entenderem que se demonstrou fraqueza e por ter o País que arcar com os custos como no caso paraguaio.

No Peru, reacenderam-se os problemas do Sendero Luminoso por ter o País assinado um acordo de promoção comercial com os EUA (Lima et al, 2009:18). Por último o enfrentamento das Forças Revolucionárias Colombianas (FARC) e das Forças de Libertação Nacional, que têm envolvimento com narcotraficantes, pelo Governo colombiano, pode levar o conflito para além de sua fronteira. Esta situação, iniciada em 1964, tem no governo Uribe a decisão de não negociar com grupos das FARC ou de narcotraficantes. Em Dezembro de 2009, Hugo Chaves mandou as FFAA se prepararem para o combate motivado pela presença militar americana em território colombiano onde está em curso os Planos Colômbia e Patriota. Problemas históricos existem entre Chile e Bolívia (saída para o mar), Chile e Peru (águas territoriais), Colômbia e Venezuela e desta com a Guiana (disputa por Esequibo, na Guiana, área rica em petróleo).

Somado às questões étnicas, de que nações indígenas devem ter soberania e respeitadas suas culturas, é recorrente a insistência por alguns ambientalistas de setores governamentais ou não do hemisfério norte de que os países amazônicos²⁸ não têm capacidade de proteger “o pulmão do mundo” e que isto seria um fator preponderante da desorganização climática. Ainda, afirmam que deveria ocorrer naquela área uma administração internacional, de forma a controlar tão importante área ecológica do planeta. O Alte. Flores (2003:15) classificou de “devaneios nacionalistas” uma intervenção na Amazônia por questões ambientais. Para o autor, a necessidade vence barreiras, ainda mais se o Estado “necessitado” possuir capacidade militar superior e apresente uma boa desculpa internacional para “proteger” a Amazônia, mas de forma a poder explorar suas riquezas minerais e sua biodiversidade. Não que os aspectos abordados tenham a pretensão de caracterizar uma grande ameaça entre os Estados. À exceção da Venezuela, tampouco parece existir corrida armamentista como defendem alguns analistas.

Essa situação, de pequenos conflitos bilaterais, prejudica o entendimento coletivo que desemboque na segurança regional. Até que ponto, a exemplo do que ocorreu na Argentina,²⁹ onde era preciso criar um fato externo para agregar o povo argentino, poderá levar a Venezuela a uma aventura contra a Colômbia, ou a conquistar a província de Esequibo que representa dois terços do território da Guiana? Será correto imaginar que o

²⁸ São eles Brasil, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

²⁹ Em 1982 em meio a uma crise política interna o Presidente Leopoldo Galtieri decidiu invadir as ilhas Malvinas.



centro de gravidade está a ser transferido para o Pacífico em função da ascendência da China e que a região continuará a ter papel pouco relevante daqui por diante? Será coincidência o anúncio da reativação da 4ª frota dos EUA quando o Brasil anunciou o petróleo do pré-sal em 2008?

Se boa parte dos recursos minerais que caminham para a escassez estão na Amazônia e no Atlântico Sul³⁰ e o regionalismo passou a ser a tônica do pós muro de Berlim, seria necessário de fato que as desavenças regionais fossem colocadas em plano inferior ao projeto maior de integração. Os antagonismos na região não podem ser maiores do que os europeus que deixaram os seus em segundo plano e têm permitido que o Velho Continente avance como potência econômica e militar.

j. Síntese Conclusiva

O Brasil tem um PIB muito menor que o da China e cresce a taxas inferiores às da Índia, contudo, é um porto seguro percebido, quase unanimemente, para investimentos.

A END permitirá ao País melhorar as condições de atendimento às Missões de Paz da ONU e, na eventualidade do Brasil conquistar a cadeira permanente do CSNU, as FFAA serão necessárias frente às demandas que serão exigidas. No campo comercial, o desenvolvimento tecnológico que a indústria civil poderá ter, no arrasto da militar, deverá melhorar a competitividade no comércio exterior. A afirmação do Brasil como líder regional e um aumento da projeção mundial tem como caminho crítico e desejável a integração sul-americana.

Água em abundância, um quarto das terras agricultáveis, petróleo, associados a grandes assimetrias sociais, deveriam ser um estímulo para fazer com que rapidamente os governos da região resolvessem as suas diferenças político-econômicas. Cabe ao Brasil ter a capacidade de liderar e gerir estes desencontros, sobretudo, de forma soberana e com harmonia para que a região possa ajudar a humanidade a equacionar as dificuldades que se apresentam no âmbito da escassez de recursos. A grande limitação para o Brasil neste pesado jogo internacional que se aproxima é a falta de um respaldo militar que apóie suas decisões. Uma diplomacia baseada essencialmente no “soft power”, como o Brasil empreende “vis a vis” suas limitações citadas, pode caber perfeitamente às pretensões de uma potência média, ou mesmo a de um pequeno país que busque uma inserção diferenciada. Não é o que o Brasil quer nem o que o mundo imagina. Mas talvez seja o que

³⁰ Além do petróleo existente na Venezuela e Brasil, Nigéria e Angola são grandes produtores na África Ocidental. Em Angola também há perspectivas na camada pré-sal.



parte do mundo desenvolvido, seja o mercado financeiro ou Estados, deseje perpetuar. Um grande mercado consumidor de industrializados e fornecedor de matérias primas.

A END pode ser o elo entre o MERCOSUL /UNASUL e a formação de uma política regional de desenvolvimento tendo como mote o desenvolvimento tecnológico dual com reflexos no avanço das economias e na defesa coletiva do continente. Ainda que pareça utópico, tamanhas sejam as diferenças históricas, na perspectiva que elas esmaçam, será possível trabalhar em projetos comuns, sejam militares ou não. O País fortalecido com uma série de Estados enfraquecidos e divididos no seu entorno, não dará uma boa perspectiva. A interferência externa na região, político, militar e econômica será facilitada.

a H2 está validada.

4. As Forças Armadas e a Indústria de Defesa Brasileira

É fundamental que a Indústria de Defesa Brasileira (IDB) seja capaz de assegurar o desenvolvimento e a produção do material necessário para as FFAA, de modo a minimizar as vulnerabilidades do País a boicotes como o que ocorreu à Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas (Vidigal, 2004). O País precisa buscar a construção de armamento com alto nível tecnológico agregado e as suas FFAA devem estar efetivamente capacitadas para operá-los. O autor entende, e há de ser consensual, que a busca por Ciência e Tecnologia (C&T) é estratégico ao "desenvolvimento soberano" do País, ou seja, aquele que possa se dar de forma autônoma em relação às potências superiores no tabuleiro das relações internacionais. Pode-se até configurar o adágio de que o desenvolvimento de C&T nacional é diretamente proporcional ao grau de autonomia que um Estado terá no cenário internacional. Mas para que isso ocorra, a reorganização da indústria nacional de material de defesa³¹ precisa ser galgada tirando proveito do que foi construído ao longo dos anos, com olhar atento para a história para que sejam evitados os erros e aperfeiçoados os acertos conforme apresentado num resumo da IDB a partir da década de 50 do século XX apresentado no Apêndice 5.

³¹ Definido na END como o segundo eixo estruturante.



a. Desafios³²

(1) Orçamento Militar

É de longe o desafio mais difícil de ser transposto para a implantação da END. Ítalo Pesce colocou como duvidosa a situação, na medida em que os fluxos financeiros necessários poderão não resistir à “onda de austeridade fiscal” (Pesce, 2009). O País com tantas prioridades fundamentais para a sociedade, ainda por serem vencidas, terá dificuldades em equacionar os recursos necessários para atender as demandas apontadas na END, bem como, as demandas sociais básicas. Na opinião do Alte. Flores um dispêndio militar para atendimento a uma grande demanda só é possível com autoritarismo [p.e. China e Coréia do Norte] (2003:20). Entretanto, o que há de ser explorado neste debate é que o setor representa investimentos e não despesas. Investimento em segurança e no desenvolvimento social. Estes não precisam ser excludentes. Não sendo assim, será impossível soerguer a IDB se não houver orçamento que permita colocar a locomotiva novamente para rodar. Como trata-se de um dos eixos estruturantes da END, o seu não atendimento terá como consequência direta o comprometimento da sua concepção.

Do orçamento destinado ao Ministério da Defesa (MD), cerca de 75% é direcionado para custeio de pessoal³³ e somente 7% para aquisição de material de defesa. Renato Dagnino (Dagnino, 2004:89) sugeriu que o gasto seja elevado para de 3.5% do PIB, sendo 40% alocado para custeio, 35% para aquisição de equipamento e 25% para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)³⁴. Estes percentuais são defendidos por outros especialistas. Jairo Cândido³⁵ sugeriu que deveria haver uma transformação da estrutura orçamentária, onde este deixasse de ser autorizativo, mesmo que seja parcialmente, transformando-o em imperativo (Cândido, 2004:64). Essa é a única forma que dá garantia às FFAA e à indústria para que seja efetuado planejamento a longo prazo pois obrigaria o Executivo a cumprir os programas e metas aprovados para a peça orçamentária e, ainda, o Legislativo garantiria a execução com a adoção dos instrumentos constitucionais de controle e supervisão. Na medida em que os recursos fossem caracterizados como investimentos e não como despesas, poder-se-ia estar atingindo dois vetores importantes: a geração de empregos, com o consequente

³² Já identificados e classificados na END como vulnerabilidades, serão comentadas sugestões baseadas na opinião de especialistas ligados ao setor de defesa por ser entendido que de fato é este o caminho crítico.

³³ Médias dos exercícios fiscais, confirmado no orçamento do ano de 2009.

³⁴ Ele cita que nos EUA, a alocação é de respectivamente 65%, 19% e 16%.

³⁵ Presidente do Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA)



aumento das exportações (idem, 2004:68) que, provavelmente, poderiam ser superiores ao volume investido e a garantia dos recursos para a continuidade dos projetos de defesa.

No Chile, a “lei do cobre” obriga que 10% das vendas desse metal sejam repassados às FFAA que têm a obrigatoriedade de aplicar em armamento. No Brasil, a lei do petróleo destina 15% dos “royalties” para a Marinha do Brasil (MB) e 25% para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Mas estes recursos estão sempre contingenciados, dentro do paradigma de contenção de gastos do governo para alcance das metas macro-econômicas. Assim, pode-se dizer que os ministérios mencionados, têm o direito mas não recebem os referidos recursos para a execução de metas de investimentos. O Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto (2008a) solicitou o repasse dos recursos contingenciados porque este procedimento dentre outros problemas, retardou o projeto do submarino de propulsão nuclear. Caso houvesse a imposição do orçamento defendida, isto não ocorreria. Com a garantia de uma continuidade orçamentária para investimento e produção, ter-se-ia uma perspectiva positiva, desta forma, as empresas nacionais voltariam a ter interesse pelo mercado militar.

A descontinuidade do orçamento acarreta na falta de uma política de compras mínimas e na inexistência de um programa de longo prazo, o que funcionam como desestímulo para o empresariado (Bastos, 2006).

O autor considera fundamental a elevação do orçamento e que seja autorizativo. Acredita que caso a END consiga vencer o obstáculo de consolidar-se como plano de Estado e não como do Governo atual, associado ao acréscimo orçamentário, a solução de descontinuidade reinante no planejamento da IDB e das FFAA será minimizado. Ainda, é fato que a questão orçamentária, deverá ter destaque no debate entre o Executivo e o Legislativo, de forma que este seja perene e compatível com as necessidades para se fazer um reaparelhamento das FFAA e, em paralelo, possibilite a retomada da IDB.

(2) Tributação e Lei de Licitações

A carga tributária é excessiva e representa uma grande dificuldade para o estabelecimento e desenvolvimento da IDB. Deve ser criada uma política especial para o setor que vise a equiparação da incidência tributária com a praticada pelo mercado externo. Não é possível o setor se sustentar na medida em que o material adquirido no exterior custa às FFAA cerca de 42% menos que o mesmo material produzido pelo Brasil (Cândido, 2004:60). Empresas como a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) vivem em



prejuízo porque a matéria-prima, por não ter nenhum tipo de incentivo fiscal, tem um valor significativamente alto na composição final do preço. Se houvesse uma política de compras mínimas essa situação poderia ser minimizada (Bastos, 2007), aliada a uma política de incentivo fiscal.

A adoção de um “*Compre Brasil*” para Francisco Aguiar³⁶ (Aguiar, 2007) não significa privilégios em detrimento da busca de preço e qualidade e que caso seja imperativa a aquisição no exterior que esta esteja vinculada a contrapartidas que fortaleçam a IDB.

A lei 8666/93, que regula as aquisições estatais, determina a compra pelo menor valor sem privilegiar a qualidade do produto ou do serviço. Empresas sem condições de cumprir os contratos, por maiores que sejam as salvaguardas pré-estabelecidas, conseguem vencer as licitações. Em troca de um novo regime regular e tributário que desobrigue ao cumprimento desta lei, determinadas empresas, para que seja assegurado o poder estratégico do setor, devem ter a presença do Estado por meio de “*golden share*” (ações com preferência de voto) ou por meio de direitos regulatórios; isto protegeria o setor do raciocínio de curto prazo e garantiria as compras pelo governo (Hunger, 2008)³⁷.

O autor entende que é necessário um tratamento justo e voltado para os interesses da soberania nacional à IDB e que este caminho apresentado por Mangabeira Hunger trará bons resultados. A proposta de modificação da lei de licitações que estabelece normas específicas para as compras governamentais, contida na END, deverá ser amplamente debatida com o Congresso Nacional e ter a devida prioridade.

(3) Financiamentos e Contratos de Desenvolvimento

Ozires Silva (Silva, 2004:51), certamente à luz da sua experiência passada na Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), colocou estas questões e fez duas comparações onde ficou evidente o comportamento diferenciado do Brasil e dos países fornecedores de material militar. É necessária a revisão destes procedimentos sob pena de que, se continuarem, funcionarão como expressivos limitadores para a operação e expansão da IDB. Quais sejam: o Brasil pode comprar no exterior com financiamento garantido ao passo que outros países só permitem que suas FFAA comprem dentro do orçamento. Por outro lado o pagamento no exterior deve ser pontual mas internamente as empresas ficam sujeitas

³⁶ Presidente da Associação Brasileira de Material de Defesa.

³⁷ Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos à época da elaboração da END.



aos contingenciamentos. Investem em moeda estrangeira e recebem, a longo prazo, em moeda nacional.

(4) Vendas ao Exterior

É fato que a atual situação dos meios das três forças singulares leva a uma grande demanda de aquisição para a reestruturação das mesmas. A falta de um orçamento regular praticamente acabou por impedir o desenvolvimento de um mercado nacional e, conseqüentemente, que as compras fossem realizadas, no país, e fosse desta forma, necessário recorrer aos financiamentos internacionais para aquisições nos mercados externos. Estes são motivados pelas atrativas aquisições de oportunidade que atendem de imediato a necessidade de substituição dos meios que se encontram em fase final da vida útil. O quadro descrito acarreta no que Amarante destacou como problemas que persistem para a IDB galgar um novo ciclo que são a falta de escala de produção das indústrias de defesa, resultante da redução da demanda interna e das dificuldades de exportação e, como segundo óbice, a ociosidade de muitas linhas de fabricação dedicadas a produtos de defesa, dimensionadas para a demanda de mobilização, muito superior à de tempos de paz (Amarante, 2004:24).

Como a aquisição interna funciona como uma espécie de certificação do produto e o mercado internacional, só se abre depois que o produto for aprovado e testado pelo seu país de origem aparece aqui uma lógica que precisa ser reconstruída. É preciso comprovar a eficácia do equipamento bélico através de aquisições das FFAA. Haverá a necessidade de se abdicar, por um período, de equipamentos mais sofisticados para que se adquira equipamentos produzidos no Brasil.

A IMBEL só conseguiu vender carros de combate ao Iraque, na década de 80, porque eram amplamente utilizados pelo Exército Brasileiro (EB). As encomendas iniciais do Bandeirante pela FAB foram o sustentáculo inicial para a consolidação da EMBRAER como indústria com projeção internacional. "Sem essa ajuda não seria a grande empresa que é hoje" (Silva, 2004:51). Caso recente que demonstra esta realidade foi a escolha da Namíbia por um navio patrulha classe "Grajaú" construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE) e entregue àquele país em 2009. Só o fez depois de comprovar o uso de 10 unidades pela MB, dos quais dois foram construídos na própria INACE. Cabe aqui destacar que este estaleiro, especializado na fabricação de iates de luxo e embarcações pesqueiras,



encontrou na área militar a diversificação das suas atividades. A paralização dos pedidos militares, ou vice-versa, não deixa o estaleiro desmobilizado.

Um exemplo promissor é a produção pela Helicópteros do Brasil (HELIBRAS) de helicópteros EC-725 em consórcio com a Empresa Européia de Helicópteros (EUROCOPTER), que dotarão as três FFAA. Esta parceria estratégica com a França, com transferência de tecnologia, proporcionará ao Brasil futuramente atender aos mercados da América do Sul e da África³⁸.

(5) Ciência, Tecnologia e Inovação

Conforme já abordado anteriormente, o País não tem investido em C&T. Há de ser consenso a opinião de Staub (2001:5) de que desenvolver e deter a capacidade de geração de inovação é um fator diferencial de países e empresas, que os habilitam à dominação econômica e política. Entretanto o caso da Coreia do Norte reflete que C&T não estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico, mas sim ao grau de prioridade conferido a tal campo. Com um PIB inferior ao da Tanzânia aquele País logrou o desenvolvimento completo do ciclo nuclear, com um amplo programa de investimento na área da pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. Na condição de país pobre e que sofre, constantemente, com crises alimentares, contudo, o regime totalitário de Kim Jong-il aloca parte colossal do orçamento nacional no desenvolvimento de tecnologias militares. Por outro lado, nenhuma potência, ainda que média, prescindiu de tecnologia para o seu desenvolvimento (Alves, 2004:129). A nação se beneficia de forma direta dos avanços tecnológicos na medida em que há um acompanhamento da educação, conhecimento, cultura, produção industrial, demanda e qualificação de empregos (idem, ibidem). A detenção de conhecimento científico é condição necessária, mas não suficiente para o processo que leve à pesquisa, desenvolvimento e inovação. É necessário que exista uma ligação entre ciência, tecnologia e a produção (Staub, 2001:6), pois estabelecido este elo fundamental se concretiza um caminho para se lograr o desenvolvimento e a auto-suficiência do País.

³⁸ Desde 1978, a empresa já produziu e entregou ao mercado cerca de 500 helicópteros, entre eles 70% do modelo Esquilo, que tem uso civil e militar. Aproximadamente 10% da produção total é exportada para países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



Um dado para caracterizar o problema atual brasileiro é a situação da informática³⁹. O Brasil, ao não investir em inovação, será, progressivamente, um produtor de manufaturados de outras matrizes as quais exportam o valor agregado em conhecimento para que, no País, sejam montados os produtos por ser a mão-de-obra mais barata. As empresas estrangeiras, em sua maioria, reproduzem no Brasil os produtos desenvolvidos pelas matrizes, na grande maioria não são inovadoras nem diferenciam seus produtos. O fato é que não adianta, por exemplo, imaginar que o fato de ter indústrias que produzam automóveis seja suficiente para se chegar a um carro de combate (Vidigal, 2004). Será necessário estabelecer um campo de pesquisa, desenvolvimento e inovação para se desenvolver, com o conhecimento adquirido na indústria automobilística brasileira, de matrizes multinacionais, um parque 100% nacional com capacidade de pesquisar materiais e compostos a serem empregados nos motores e plataformas de combate, bem como, automação e controle de direção de armamentos e sensores.

Entre 72 mil empresas industriais brasileiras, apenas 1,2 mil ou 1,7% investem 3% do faturamento ao ano em inovação, ou seja, apenas 1,7% das empresas brasileiras possuem programas ou projetos na área de pesquisa e inovação. Como resultado direto, estas empresas alcançam um faturamento médio 30% acima das concorrentes, lucram e exportam mais e pagam melhores salários⁴⁰. As empresas com capital nacional, em confronto com as multinacionais situadas no Brasil, investem em média 45% a mais em pesquisa e desenvolvimento. O quadro abaixo, apresentado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2008) e elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstra o quanto o Brasil ainda está atrás nesta busca pelo conhecimento. É preciso ampliar os investimentos em P&D para que o País consiga atingir os seus objetivos estratégicos e, ainda, é necessário que seja incentivada a pesquisa e a formação de pessoal nas áreas de engenharia que possam desenvolver materiais, componentes e sistemas para produtos industriais (Moisés, 2009:100).

³⁹ Os computadores fazem parte de uma lista de produtos que custam ao Brasil, desde 1998, pelo menos US\$ 5 bilhões anuais, por ser o valor do déficit gerado na balança comercial da indústria eletroeletrônica. Em 2003 foi exportado o equivalente a US\$ 4,7 bilhões e importado US\$ 9,9 bilhões (Moisés, 2009:99).

⁴⁰ Levantamento apontado no estudo “Inovação, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras” elaborado pelo IPEA.



Tabela 1 – P&D em Países Membros e Não-Membros da OCDE - 2005

	Despesa bruta com P&D como % do PIB	Gastos com P&D em US\$ bilhões	Pesquisadores por 1.000 trabalhadores ocupados
Estados Unidos	2,6	324,5	9,7
EU-27	1,7	231,0	5,8
Japão	3,3	130,7	11,0
China	1,3	115,2	1,5
Índia	0,7	23,7	0,3
Rússia	1,1	16,7	6,8
Brasil	0,9	13,7	1,0
África do sul	0,9	4,5	1,6

As referências foram extraídas de contextos que diziam respeito à indústria civil, mas podem ser transportadas para a realidade militar na medida em que o setor diminuiu a P&D por limitações orçamentárias. As FFAA têm reduzido a defasagem tecnológica através da importação. Diante destes dados é razoável concluir que será necessário o Brasil investir mais em P&D no setor de defesa. Diferente do caso Coréia a aplicação na indústria militar demandará reflexos positivos para a sociedade civil, uma vez que se pretende desenvolver projetos com tecnologia dual que tenham reflexos no campo civil.

Amarante (2004:24) ao abordar o que ele definiu como “frente de maturação lenta” considerou que deve ser perseguida a capacitação tecnológica militar associada à de âmbito nacional, uma vez que ambas possuem interesses comuns. Para isso, é necessária a ampliação, no âmbito militar, das atividades de P&D e da capacidade de fabricação de material de emprego militar, para fortalecer as bases científico-tecnológica e industrial de defesa.

As seguintes ações devem ser tomadas (idem, ibidem):

1º- Aumentar, gradual e constantemente, os recursos humanos e financeiros dedicados à P&D;

2º- Adquirir material de emprego militar de mercado e estudá-lo nos órgãos de C&T das FFAA; e

3º- Desenvolver novos equipamentos nos centros tecnológicos militares, para produtos complexos, e nos órgãos de fabricação, para produtos simples.

Em paralelo, efetuar a modernização dos atuais equipamentos e meios para prolongar as suas vidas úteis, devendo ser incentivado a parceria de empresas/FFAA nacionais e estrangeiras. Cabe ressaltar que este caminho foi buscado pela MB com a Armada Argentina na recuperação das aeronaves A-4, deixando de ser efetivado pela limitação de sobressalentes. A proposta de se procurar desenvolver tecnologias de emprego



dual, a busca de parcerias e envolvimento da comunidade acadêmica e científica nacional deverá ser premissa básica nos projetos em curso, com o propósito de fortalecer a base nacional científico-tecnológica e a base nacional industrial. Foram apontadas pelo especialista e constam dos objetivos da END. O MD e o MCT têm que realmente ter este objetivo como prioritário.

Para essa linha de ação foram apontados pelo especialista, dentre outros, a integração tecnológica das três FFAA, o desenvolvimento de projetos com países mais desenvolvidos e vizinhos. Este pensamento, também consoante com as diretrizes da END, abarca os seguintes desafios: que o MD consiga de fato coordenar a P&D desenvolvida nas FFAA com o propósito de otimizar recursos, onde os projetos tenham como raiz, cada vez mais, o interesse das FFAA e não sejam desenvolvidos unicamente para atendimento do interesse de cada uma individualmente; que seja possível o MD definir quais são as necessidades para direcionar as empresas, que a aproximação de países mais desenvolvidos resulte em algum grau de transferência de conhecimento uma vez que não interessa a quem domina dividir tecnologia de emprego estratégico; e que o trabalho com os Países da América do Sul resulte no incremento da concepção da dualidade acarretando no fortalecimento da UNASUL e do MERCOSUL.

Com a integração dos países em torno de projetos comuns aumentará a probabilidade de reduzir, ainda que muito lentamente, a dependência de fora da região. Para isso precisam ser resolvidos os “problemas da integração” apontados anteriormente. A participação das universidades terá papel chave neste processo. Esta questão ficou clara com o sucesso que a MB teve ao abdicar de um instituto tecnológico próprio e fazer a formação de parcela de seus engenheiros na Universidade do Estado de São Paulo. Este procedimento foi decisivo para o desenvolvimento dos projetos da MB e mais recentemente do submarino de propulsão nuclear.

O autor conclui que independentemente de onde um projeto seja desenvolvido, será necessária a definição e a coordenação do MD⁴¹. Que os investimentos em P&D, principalmente na formação de pessoal são vitais e precisarão ser acrescidos. Os números apresentados nas diversas pesquisas não estão de acordo com o que o País pretende e com as suas dimensões. O investimento em P&D nas FFAA é necessário e contribuirá para um impulso de qualidade com reflexos na sociedade, bem como, no setor industrial brasileiro.

⁴¹ Previsto na END.



b. Perspectivas

(1) A Empresa Brasileira de Aeronáutica e o KC-390

A EMBRAER conseguiu atravessar os problemas da década de 80 porque não esteve só ligada ao setor militar. Ao longo dos 40 anos de sua história, a empresa continuou produzindo para o meio civil. Em 1999, o que a empresa classificou como parcerias estratégicas, foi o resultado de alianças como a realizada com um grupo europeu de empresas aeroespaciais formado pela EADS, Dassault, Thales e Snecma, que passaram a integrar sua estrutura societária, com 20% das ações com direito a voto (EMBRAER, 2009).

Em 2009 fechou contrato com a FAB para a produção do KC-390 que deverá substituir o C-130, aeronave esta que tem uma previsão de mais de 700 substituições em diversos países (exceto EUA e Rússia). EMBRAER e FAB já definiram alguns dos parceiros que vão participar do desenvolvimento deste projeto. Segundo o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saiti, Chile, Colômbia, África do Sul e Portugal estão confirmados no programa do cargueiro (Saiti, 2010). Como o desenvolvimento ocorrerá através de parcerias estratégicas, haverá o compartilhamento de custos e riscos, a criação de laços de longo prazo entre as indústrias, as FFAA e os governos dos países, além do estabelecimento de cotas de participação nas vendas dos aviões (Silveira, 2010).

(2) O Submarino de Propulsão Nuclear



Este projeto vem sendo desenvolvido pela MB desde 1979, com enorme sacrifício devido aos constantes contingenciamentos orçamentários. Mas tal empreendimento tem gerado grande arrasto tecnológico para diversos setores tecnológicos e industriais do País, com contribuição direta para o desenvolvimento de parcerias e cooperação para a indústria nacional, institutos de pesquisa e universidades. É importante mencionar que tem possibilitado desenvolver a maior parte de tecnologia de emprego dual destacando o aspecto de desenvolvimento referente a materiais e produtos inexistentes no País que são importados, como por exemplo, componetes especiais, equipamentos e medidores (Ruivo, 2007:45). Destaca-se este aspecto pois representa um importante passo para a auto-suficiência tecnológica neste importante setor de geração de energia.

Em 2009, decidiu-se pela construção de um estaleiro e base para a construção de quatro submarinos convencionais e um nuclear. Para a condução de tal projeto, procurou-se um parceiro que cumprisse a premissa básica de transferência de tecnologia para a construção do casco resistente, à semelhança que houve por ocasião da construção das Fragatas Classe “Niterói” no Brasil e dos Submarinos da Classe “Tupi” (IKL-209). A França foi escolhida para a parceria deste empreendimento onde transferirá toda a tecnologia não-nuclear. A diferença para o caso dos submarinos IKL-209, de procedência alemã, quando só foi negociada a transferência de construção, é que agora está acordada também a passagem de tecnologia de projeto. Devem-se considerar também as oscilações da política internacional. Nesta linha de pensamento, Pesce salientou que devem ser consideradas as oscilações da política internacional na medida em que ao longo do período ocorrerão mudanças de governo e que poderão existir pressões de outros Estados (Pesce, 2009).

O Brasil por não dispor de tempo e de recursos, fez com que a MB delineasse a solução de saltar as etapas, com segurança, através do estabelecimento de uma parceria estratégica com um país que dominasse a construção de submarinos convencionais e nucleares (Moura Neto, 2009b:12). Os pontos do contrato destacados pelo Alte. Moura Neto foram os seguintes:

1. Em diferentes etapas serão enviados engenheiros à França, distribuídos nas tarefas de adaptação do projeto aos requisitos operacionais da MB, em cursos que deverão culminar com um projeto de submarino convencional, estágios no fabricante do sistema de combate para absorção da tecnologia de desenvolvimento e manutenção e estágio com o mesmo propósito na fábrica de torpedos;



2. Depois do regresso do grupo que participará do projeto, irão para o Brasil engenheiros que passarão cinco anos dedicados ao desenvolvimento do projeto do primeiro submarino nuclear brasileiro;
3. No processo de absorção da tecnologia da construção, será enviada uma equipe do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), para acompanhar a construção da primeira seção, com o propósito de absorver métodos, normas e técnicas. Ao regressar ao Brasil, passará as informações obtidas para a Sociedade de Propósito Específica (SPE) que operará o novo estaleiro, assumindo a função de fiscal das obras e controle da qualidade;
4. A Direction de Constructions Navales Services⁴² (DCNS) selecionou a empresa brasileira Odebrecht para juntamente com o governo, representado pela MB, formarem a SPE. A MB com a participação simbólica de um por cento, terá o poder de veto nos processos decisórios; e
5. Quanto ao mercado nacional, 20 por cento do que será utilizado nas construções será fabricado no Brasil, incluindo-se sistemas complexos, o que representa cerca de 36.000 itens. Aqueles que tiverem custos equivalentes aos franceses deverão ser fabricados no Brasil e ter transferida a tecnologia de produção quando for o caso. A MB não indicou nenhuma empresa e a França já está negociando com cerca de trinta das mais de duzentas que se apresentaram.

O autor é de opinião que o risco existe por ser um projeto que atravessa governos. Entretanto, não resta escolha para a conclusão deste empreendimento. O submarino além de conferir uma maior dimensão estratégica para o Brasil por ser uma excelente arma dissuasória para defender os nossos interesses no Atlântico Sul traz a possibilidade da evolução tecnológica em setores como a medicina, devido ao arrasto da tecnologia dual envolvido.

(3) A Substituição dos Caças da Força Aérea Brasileira

Está em curso o processo de escolha entre três aeronaves de países diferentes para que sejam substituídos os ultrapassados F-5, norte-americanos. Independente dos processos do submarino e dos aviões terem sido conduzidos pelas duas FFAA, em separado, caso venham a ser os dois de procedência francesa, este fato irá, de certa forma, facilitar acordos

⁴² Empresa francesa de capital misto, sendo 74% estatal, 25% do Thalles Group International e 1% dos funcionários.



futuros de cooperação. O ponto chave desta negociação, a exemplo do submarino, é a transferência de tecnologia (Raza, 2009).

O Ministro das Relações Exteriores (Amorim, 2010), defendeu que em qualquer decisão vários fatores são levados em consideração, mas que o aspecto político será o mais relevante. O fator que justifica a opção pelo Rafale é que o grau de dificuldade de se construir um submarino nuclear é muito superior ao da incorporação de tecnologia dos aviões (Raza, *ibidem.*). O autor é da opinião que o peso da análise técnica teria que ter preponderância, mas se vê obrigado a reconhecer que a posição do Brasil poderá ser alargada diante dos interesses a serem defendidos neste alinhamento estratégico que está em curso com a França.

Mesmo para o Brasil que possui tantas outras prioridades, este alinhamento está correto uma vez que não está em causa a compra de equipamentos. “Estará adquirindo itens de mais valia que são o status de potência regional de fato, a mudança de patamar em seu entorno estratégico e a capacidade dissuasória. Esse valor, diluído ao longo de 20 anos, é perfeitamente custeável” (Raza, *ibidem*). Esta lógica é aplicável ao binômio FFAA e indústria de defesa. Somente com a indústria nacional alicerçada o País terá condições de decidir soberanamente a sua defesa.

c.Síntese Conclusiva

Ao longo de décadas, o Brasil adquiriu e perdeu capacidade tecnológica conforme eram as visões estratégicas ou a falta destas por parte dos seus governantes. O apogeu verificado nos anos 80 quando foram produzidos carros de combate, efetivamente testados em guerras, aviões de treinamento militar e navios, precisa ser reconquistado. O descolamento da IDB para que sejam alcançados os propósitos da END, dependerá, dentre outros, dos seguintes aspectos:

- 1- Aumento do orçamento de defesa para um patamar consistente com as necessidades das FFAA, bem como, não deverá ser submetido a contingenciamentos orçamentários para que não ocorra solução de continuidade dos projetos relacionados à defesa. Há de ser entendido que se trata de investimento em segurança e não uma despesa;
- 2- A redução da carga tributária e a proteção do setor através de salvaguardas que permitam a IDB tornar-se competitiva, através de alterações na legislação que venha a garantir as aquisições dos equipamentos e meios pelas FFAA brasileiras;



3- O aumento do investimento em P&D no Brasil que minimize a dependência de itens de elevado valor agregado. O MD precisa, de fato, coordenar as necessidades das FFAA, incentivar intercâmbios com universidades e países mais adiantados tecnologicamente e na América do Sul; e

4- As FFAA restabeleçam a confiança na indústria nacional ao constatarem que o patamar tecnológico necessário além de ser alcançado tem condições de perenizar as necessidades em longo prazo. Não se conseguirá acabar com a cultura da importação com discurso. Somente com equipamentos que funcionem e transmitam confiança ao operador.

Quanto aos projetos e parcerias que apontam como perspectivas para a IDB o caminho é de risco porque não há garantias quanto à transferência efetivada que será necessária, tanto para os aviões, submarinos ou qualquer projeto. Eles atravessarão governos, numa relação bilateral, e as prioridades do parceiro mais desenvolvido podem ser alteradas ao longo dos anos. Entretanto não existe outra saída para que, em curto prazo, as diferenças tecnológicas sejam ultrapassadas para que o Brasil consiga garantir a segurança de sua extensa área seja no mar, ar ou em terra. Dessa forma estão plenamente justificados os investimentos pretendidos nas FFAA e nas indústrias de defesa.

A H3 está validada.

5. Conclusão

A desigualdade social no Brasil é certamente o desafio mais urgente que precisa ser resolvido. Não é aceitável que um País que tenha riquezas materiais e coesão interna, sem ambições além do seu território, não consiga equacionar este problema. A proposta da END para a segurança e preservação do território nacional assinala a oportunidade de associar o desenvolvimento social ao tecnológico pretendido. A falta de interesse do povo brasileiro pelos assuntos de defesa, tanto do cidadão como dos parlamentares, aparece como desafio. A situação para ser revertida, em longo prazo, depende de gente com formação nos assuntos de defesa bem como o aumento do nível educacional geral da população. Entretanto, para já, projetos e propostas de lei que constam daquele diploma legal precisam de debate e de decisões. A discussão sobre o futuro da Nação tem que ganhar espaço. A pequenez das discussões provincianas não podem mais ter lugar na grandeza do País. O futuro cobrará o que não for feito agora.



O parlamento é fundamental neste processo, precisa ser mais dinâmico e sintonizado com as responsabilidades diante dos verdadeiros problemas nacionais. Cabe também abrir a discussão para outros problemas, como a política indigenista e a educação. Para a consolidação da END o aprofundamento do debate que proporcione a consciência coletiva da importância da defesa e dos interesses da Nação é necessário. No concerto das nações esta consolidação permitirá ao País alcançar o espaço que pretende através de melhores condições de atendimento às Missões de Paz da ONU e, na eventualidade do Brasil conquistar a cadeira permanente do CSNU, as FFAA estarão mais preparadas frente às demandas que serão exigidas. A afirmação como líder regional e um aumento da projeção mundial tem como caminho crítico a integração sul-americana. Criar um arco de desenvolvimento na região é um dos caminhos para melhorar a competitividade do comércio com os outros blocos e cercear a penetração de outras potências no entorno brasileiro.

O desafio de transformar o MERCOSUL nesta grande opção estratégica de inserção mundial é fazer com que ele avance mais do que a discussão puramente mercantil hoje existente. A END pode e deve ser o elo entre o MERCOSUL/UNASUL e a formação de uma política regional de desenvolvimento tendo como mote o campo tecnológico dual com reflexos no avanço das economias e na defesa coletiva do continente. Cabe ao Brasil ter a capacidade de liderar e gerir os desencontros regionais, sobretudo, de forma soberana e com harmonia para que a região possa ajudar a humanidade a equacionar as dificuldades que se apresentam no âmbito da escassez de recursos. Que esta ajuda seja conduzida pelos povos sul-americanos e não através da cessão imposta da soberania. Não é desejável que a harmonização do continente não seja alcançada.

O País precisa recuperar a capacitação tecnológica já adquirida e abandonada por falta de investimentos conforme eram as visões estratégicas ou a ausência destas por parte dos seus governantes. O aumento do orçamento de defesa é uma das medidas que devem ser adotadas. Isto deve ser entendido como investimento e não como despesa. Ainda, a redução da carga tributária e a proteção do setor através de salvaguardas que permitam a IDB tornar-se competitiva; o aumento do investimento em P&D que minimize a dependência de itens de elevado valor agregado; a coordenação do MD das necessidades das FFAA, como também no incentivo de intercâmbios com universidades e países mais



adiantados tecnologicamente e que as FFAA restabeleçam a confiança na indústria nacional são aspectos fundamentais para o alcance do desenvolvimento e soberania nacional.

Quanto às perspectivas de parcerias que apontam para a absorção de tecnologia, o caminho é de risco. Entretanto não existe outra saída para que, em curto prazo, os degraus tecnológicos sejam escalados e o Brasil consiga garantir soberanamente a segurança de sua extensa área seja no mar, ar ou em terra. Estão plenamente justificados os investimentos pretendidos nas FFAA e nas indústrias de defesa e o engajamento da sociedade neste projeto facilitará nortear a alocação de recursos necessários para o desenvolvimento da IDB e para o preparo das FFAA, o que contribuirá para a segurança nacional, desenvolvimento da sociedade e a correta inserção do Brasil no cenário mundial. Por fim, que a END possa transformar-se, ao longo dos governos, em projeto de Estado.

No desenvolvimento do trabalho, que foi conduzido de acordo com o método de investigação científica e foi sustentado na pesquisa bibliográfica para enquadrar e materializar o tema proposto verificou-se que as hipóteses colocadas foram confirmadas. Concluiu-se, desta forma, que a questão central foi respondida por meio da validação⁴³ das três hipóteses formuladas e abordadas nos capítulos 2, 3 e 4, respectivamente.

⁴³ A “Matriz de Validação” encontra-se no Apêndice 6.



Bibliografia

- ABREU, Patrícia (2010). “*Dez ações européias para apostar nos emergentes*”. Lisboa: Jornal Negócios (suplemento) de 18 de Janeiro, p IV-VI.
- AGUIAR, Carlos Frederico Queiroz de (2007). Palestra proferida no Simpósio “*Investimentos na Indústria brasileira de produtos de defesa*” apud COSTA F. S., Coronel (BR) e CABRAL M. A., Coronel (BR). Brasília: Estado-Maior do Exército.
- ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares (2008). “*Dez Mitos Sobre Defesa Nacional*”. Revista Interesse Nacional (BR) Out/Dez.
- ALVES, Rex Nazaré Alves (2004). “*Indústria de Defesa: uma proposta para reflexão*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.3, p.129-156.
- AMARANTE, José Albano do, General-de-Divisão (BR) (2004). “*Indústria Brasileira de Defesa: Uma Questão de Soberania e de Autodeterminação*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.3, p.23-44
- AMORIM, Celso (2009). “*Sete anos em sete minutos*”. Entrevista [em linha]. [referência de 12 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://blog.planalto.gov.br/7-anos-em-7-minutos-com-celso-amorim-ministro-das-relacoes-exteriores/>>.
- AMORIM, Celso (2010). Entrevista coletiva apud Agência Brasil [em linha]. [referência de 7 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/01/06/amorim-diz-que-decisao-sobre-compra-de-cacas-sera-politica-definida-por-lula-jobim-915476323.asp>>.
- ARAGÃO, Murillo de (1994). “*Grupos de Pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo*”. São Paulo: Editora Maltese.
- BASTOS, Expedito (2006). Entrevista concedida a Flávia Gouveia apud GOUVEIA, Flávia. “*Pesquisador aponta falhas no desenvolvimento de tecnologia militar*”. Projeto Brasil. Pensando a longo prazo [em linha]. [referência de 10 de Dezembro de 2009] Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.ufjf.br/arq/PB310106.pdf>>.
- BASTOS, Expedito (2007). Entrevista concedida a Felipe Lessa apud LESSA, Felipe. “*Falta estratégia para desenvolvimento tecnológico militar, diz pesquisador. Projeto Brasil. Pensando a longo prazo*” [em linha]. [referência de 10 de Dezembro de 2009] Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.ufjf.br/arq/PB161107.pdf>>.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira (2003). “*A ALCA e o Brasil*” [em linha]. [referência de 12 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200021>.



BOHEMER JUNIOR, Hermann Iberê Santos, CMG (BR) (2009). “*A segurança do Atlântico Sul. O papel do Brasil*”. Lisboa: Trabalho de Investigação Individual, CPOG.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 05 Out. 1988 [em linha]. [referência de 10 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.senado.gov.br/legisla.htm>>.

BRASIL (2005). Decreto nº 5.484 de 30 de Junho de 2005. Política de Defesa Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 01 Jul. 2005.

BRASIL (2008). Decreto nº 6.703 de 18 de Dezembro de 2008. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 19 Dez. 2008.

BRASIL (2009). 31ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Senado Federal. 27 Ago. 2009.

BRASIL (2010a). Senado Federal [em linha]. [referência de 11 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/3>>.

BRASIL (2010b). Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA) [em linha]. [referência de 19 de Janeiro de 2010]. <Disponível na Internet em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

CAMPOS, Taiane, VADELL, Javier (2009). “*A encruzilhada regional do MERCOSUL: Brasil e Argentina na procura de um relacionamento estável para o século XXI*”. In: Análise da Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, nº 6 [em linha]. [referência de 10 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/63_analises_AC_n_06_jun_09.pdf>.

CÂNDIDO, Jairo (2004). “*Indústria Brasileira de Defesa: Uma Questão de Soberania e de Autodeterminação*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.3, p.57-79.

CASTRO, Terezinha de (1994). “*Nossa América: Geopolítica Comparada*”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

CHACON, Vamireh (2004). “*O Brasil no seu entorno sul-americano e latino-americano: política externa e peso regional*”. In: As políticas externas de Brasil e Portugal. Visão comparada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

CONCEIÇÃO, Ana (2009). IPEA: “*Ensino médio é principal gargalo da educação*” [em linha]. [referência de 11 de Janeiro de 2010] Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ipea-ensino-medio-e-principal-gargalo-da-educacao,482410,0.htm>> .



DAGNINO, Renato (2004). “*Sobre a Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.3, p.81-128.

EMBRAER (2009). Apresenta informações e histórico da empresa. [em linha]. [referência de 30 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.embraer.com.br/portugues/content/empresa/history.asp>>.

FARELL, Santiago (2009). “*Hipocrisia*”. In: Investimento em Ciência, Educação e Tecnologia: O que pensam os jornalistas, CUNHA, C. da; WHERTEIN, J. (Org.). Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2ª ed., p. 223-226 [em linha]. [referência de 11 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001859/185925por.pdf>>.

FLORES, Mário César, Almirante-de-Esquadra (MB) (2002). “*Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional*”. São Paulo: É Realizações.

FLORES, Mário César. Almirante-de-Esquadra (MB) (2003). “*Defesa Nacional na ordem do século XXI*”. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, ano 2 v. 1, p 5 - 17.

FLORES, Mário César, Almirante-de-Esquadra (MB) (2004). “*Uma Estratégia para o Brasil*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.1, p.27-38.

FOLHA (2010). Relatório da UNESCO diz que Brasil tem baixos índices de educação básica. [em linha]. [referência de 25 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u681846.shtml>>.

GOÍIS, Antônio (2009). “*Educar para a prioridade da educação*”. In: Investimento em Ciência, Educação e Tecnologia: O que pensam os jornalistas, CUNHA, C. da; WHERTEIN, J. (Org.). Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2ª ed., p. 61-68 [em linha]. [referência de 11 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001859/185925por.pdf>>.

HIRST, Monica (2009). “*A presença do Brasil nos novos tempos da agenda interamericana*”. In: Análise da Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, nº 5 [em linha]. [referência de 10 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/62_analises_AC_n_05_mai_09.pdf>.

HOLLAND, Márcio (2010). “*Brasil consome no presente e esquece longo prazo*” apud Villaverde, João [em linha]. [referência de 25 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://questaoeconomica.blogspot.com/2010/01/marcio-holland-mais-um-alerta-para-o.html>>.



HUNGER, Roberto Mangabeira (2008). “*Governo quer “golden share” na indústria bélica*”. Entrevista concedida a Daniel Rittner- Valor Econômico, apud Rittner [em linha]. [referência de 20 de Janeiro de 2010] Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2008/04/10/governo-quer-ter-golden-share-na-industria-belica/>>.

IEDI (2008). Tecnologia – Investimentos em P&D dos países em desenvolvimento. [em linha]. [referência de 10 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3341&sid=73&tpl=printerview>>.

LAFER, Celso (2001). “*A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*”. São Paulo: Perspectiva.

LANGE, Valério Luiz, Major (BR) (2007). “*A Indústria de Defesa no Brasil*”. Rio de Janeiro: Artigo originado da tese de Doutorado, ECEME.

LIMA, Maria Regina Soares de (2009). “*Mapa da estabilidade*”. In: Informe Semestral sobre Estabilidade e Violência Política na América do Sul OPSA [em linha]. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 7. [referência de 15 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/8_mapaestabilidade_mapa_20091.pdf>.

MAIA, Clarita Costa e Cesar, Susan Elizabeth Martins (2004). “*A Diplomacia congressual: Análise comparativa do papel dos Legislativos brasileiro e norte-americanos na formulação da política exterior*”. Revista de Informação Legislativa (BR), ano 41, nº 163, jul/set, p 363 – 388.

MARCOLINO, Jonas (2008) apud NOGUEIRA, Ítalo [em linha]. [referência de 06 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u393029.shtml>>.

MEIRELLES, Henrique (2010). Entrevista concedida a Kennedy Alencar [em linha]. [referência de 28 de Fevereiro de 2010] Disponível em <<http://www.redetv.com.br/portal/Video.aspx?113,24,57833,Jornalismo,E-Noticia,Henrique-Meirelles-Bloco-3>>.

MELO, Antônio Joaquim de Carvalho, Coronel (BR) et al. (2008). “*A Indústria Nacional de Defesa: Evolução, Perspectivas, Políticas e Estratégias*”. Brasília: Escola Superior de Guerra.

MINISTÉRIO da Fazenda (2008). [em linha]. [referência de 13 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/menu/g-20.asp>>.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores, MRE (2009a). [em linha]. [referência de 30 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.mre.gov.br/>>

MINISTÉRIO das Relações Exteriores, MRE (2009b). [em linha]. [referência de 31 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=26&id=90&Itemid=397/>.



MINISTÉRIO das Relações Exteriores, MRE (2010), Resenha de Imprensa Nacional. [em linha]. [referência de 12 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=457510>.

MOISÉS, David (2009). “Educar para a prioridade da educação”. In: Investimento em Ciência, Educação e Tecnologia: O que pensam os jornalistas, CUNHA, C. da; WHERTEIN, J. (Org.). Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2ª ed., p. 99-118 [em linha]. Disponível na internet em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001859/185925por.pdf>>.

MOURA NETO, Julio Soares de, Almirante-de-Esquadra (BR) (2008) apud Catanhêde, Eliane [em linha]. [referência de 15 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u422470.shtml>>.

MOURA NETO, Julio Soares de, Almirante-de-Esquadra (BR) (2009a). Palavras do Comandante da Marinha, na Cerimônia de Despedida do Navio-Escola “Brasil” em 19 de junho de 2009 [em linha]. [referência de 17 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.mar.mil.br/imprensa/arquivos_PDF/pronunciamentos/2009/5.pdf>.

MOURA NETO, Julio Soares de, Almirante-de-Esquadra (BR) (2009b). “A importância da construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro”. Revista Marítima Brasileira (BR), v.129, nº 04/06, abr/jun. p. 09-16.

NUNES, Sérgio (2007). “Diplomacia econômica comparada: Algumas experiências – O caso Brasil”. In: A nova diplomacia econômica: análise e perspectivas. MOITA, Luís (Org.). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro, General-de-Exército (BR) (2008) apud NOGUEIRA, Ítalo [em linha]. [referência de 06 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u393029.shtml>>.

PESCE, Eduardo Ítalo (2009). Simpósio “A Estratégia Nacional de Defesa: O Poder Marítimo”. Rio de Janeiro. Escola de Guerra Naval [em linha]. [referência de 23 de fevereiro de 2010] Disponível na Internet em: <<http://www.egn.mar.mil.br/cepe/simposios/2009/podermaritimo/ENDPoderNaval231009.pdf>>.

PINHEIRO, Ibsen (2008). “A Defesa Nacional na visão do legislativo” apud SANTOS, Omar José Sarmiento dos. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea.

R. PEREIRA, Mauro Cesar, Almirante-de-Esquadra (BR) (2008). “Pensamento Estratégico e Defesa Nacional”. Conferência em Julho de 2008 no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.

RAZA, Salvador Ghelfi, CMG (BR) (2009). Entrevista [em linha]. [referência de 15 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em: <<http://www.aereo.jor.br/2009/09/15/f-x2-entrevista-de-salvador-raza-ao-estado/>>.



RESENDE, Carlos Augusto de Moura, Contra-Almirante (BR) (2009). “*Assessorias Parlamentares das Forças Armadas: Uma Necessidade Estratégica?*” Rio de Janeiro: Trabalho Monográfico, ESG.

RICUPERO, Rubens (2000). “*Rio Branco: O Brasil no mundo*”. Rio de Janeiro: PETROBRAS, NUSEG, Contraponto.

ROSSI, Clóvis (2009). “*Educar para a prioridade da educação*”. In: Investimento em Ciência, Educação e Tecnologia: O que pensam os jornalistas, CUNHA, C. da; WHERTEIN, J. (Org.). Brasília: UNESCO, Instituto Sangari, 2ª ed., p. 73-78 [em linha]. Disponível na internet em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001859/185925por.pdf>>.

RUIVO, Humberto Moraes CMG (BRA) (2007). “*Independência Tecnológica na Área Nuclear: A relevância do Programa Nuclear da Marinha*”. Rio de Janeiro: Trabalho Monográfico, EGN.

SAITI, Juniti, Tenente-Brigadeiro (BRA) (2010). “*EMBRAER começa a definir parceiros para o novo cargueiro*” apud Silveira, Virgínia [em linha]. [referência de 23 de Março de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=22/03/2010&page=mostra_notimpol#7>.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, General (2009). “*A actual ordem internacional*”. Palestra ao CPOG em 17 de Dezembro de 2009. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

SANTOS, Maria Helena de Castro (2003). “*A Nova Missão das Forças Armadas Latino-americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: O Caso do Brasil*”. Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (2006). “*Amazônia: Região pivô de integração sul-americana*”. In: Análise da Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, nº 7 [em linha]. [referência de 6 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/20_analises_Amazonia_regiao_pivo_da_integracao_sul_america.pdf> .

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (2010). “*Brasil, 2010: grandes oportunidades, alguns riscos, um pouco de fé e muita paciência!*” [em linha]. [referência de 10 de Fevereiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4534>.

SILVA, Ozires (2004). “*A Indústria de Defesa*”. In: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança: As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País, (Coleção Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança) PINTO, J. A.; ROCHA, A. R.; SILVA, R. P. (Org.). Brasília: Ministério da Defesa, v.3, p.45-56.

SOUZA, Celso Marco Vieira de (2010). “*A Estratégia Nacional de Defesa*”. Palestra ao CPOG em 04 de fevereiro de 2010. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.



STAUB, Eugênio (2001). “*Desafios estratégicos em ciência, tecnologia e inovação*”. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, Parcerias Estratégicas, nº 13 [em linha]. [referência de 15 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_13.pdf#page=5>.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Vice-Almirante (MB) (2004). “*A missão das Forças Armadas para o século XXI*”. Revista Marítima Brasileira (BR), v.124 nº 10/12, out/dez. p. 101-115.

VIZENTINI, Paulo Fagundes (2001). “*MERCOSUL e Acordo de Livre Comércio das Américas (NAFTA): integrações antagônicas na América*”. Porto Alegre: Indicadores econômicos da Fundação de Economia e Estatística, v.29 nº3. p.127-146 [em linha]. [referência de 15 de Dezembro de 2009]. Disponível na internet em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1326/1692>>.



Apêndice 1

Glossário de Conceitos

Defesa Nacional – Conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005: 5).

Segurança – Condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (Brasil, 2005: 5).



Apêndice 2

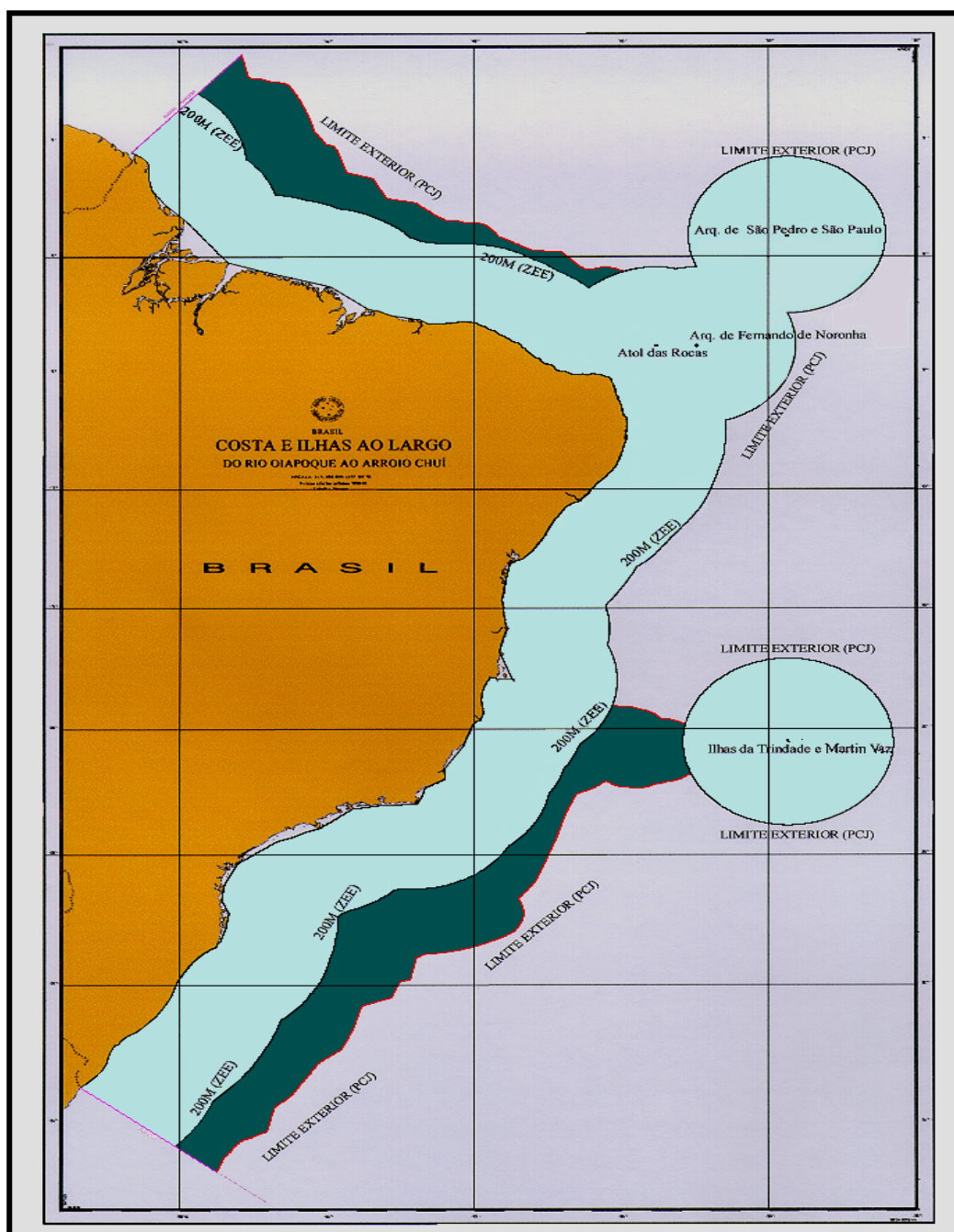
Amazônia Azul⁴⁴

Território Continental – cerca de 8.500.000 km²

Zona Econômica Exclusiva (ZEE) – cerca de 3.500.000 km²

Plataforma Continental (LEPLAC) proposta brasileira – cerca de 1.000.000 km²

ZEE + Plataforma Continental = 4.500.000 km² (cerca da metade do território brasileiro)

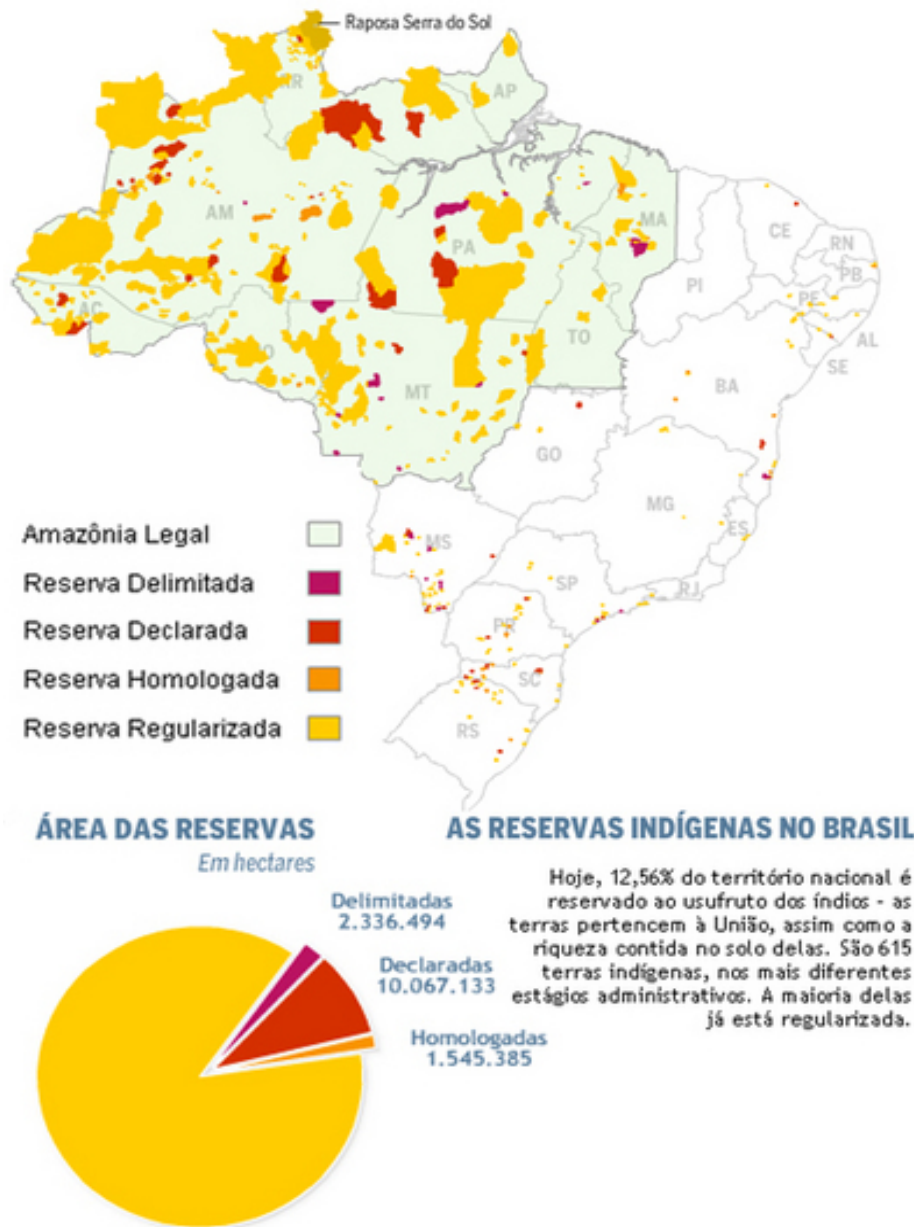


⁴⁴ Fonte: Baseado no Apêndice 5 do Trabalho de Investigação Individual de Hermann Iberê Santos Bohemer Junior (Bohemer Junior, 2009).



Apêndice 3

Reservas Indígenas do Brasil



Fonte: <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/76/>



Apêndice 4

Participação atual do Brasil em Missões de Paz

1 - ONU E OEA - PARTICIPAÇÃO TOTAL	
MILITARES E POLICIAIS	TOTAL
MILITARES: ONU(2.239) + OEA (15)	2.254
POLICIAIS (ONU)	17
TOTAL GERAL	2.271

2 – ONU – MILITARES			
PAÍS	MISSÃO	FUNÇÃO	TOTAL
ÁFRICA OCIDENTAL	UNOWA	ASSESSOR MILITAR	1
SUDÃO	UNMIS	OBSERVADOR MILITAR STAFF OFFICER	20 02
LIBÉRIA	UNMIL	OFICIAL DE LIGAÇÃO STAFF OFFICER OBSERVADOR MILITAR	1 1 2
COSTA DO MARFIM	UNOCI	OBSERVADOR MILITAR STAFF OFFICER	4 3
HAITI	MINUSTAH	STAFF OFFICER TROPA	15 2166
TIMOR LESTE	UNMIT	OBSERVADOR MILITAR	4
NEPAL	UNMIN	OBSERVADOR MILITAR	6
CHIPRE	UNFICYP	STAFF OFFICER	1
SAARA OCIDENTAL	MINURSO	OBSERVADOR MILITAR	10
CHADE E REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	MINURCAT	OFICIAL DE LIGAÇÃO	4
TOTAL GERAL			2.239



3 – ONU – POLICIAIS MILITARES			
PAÍS	MISSÃO	FUNÇÃO	TOTAL
HAITI	MINUSTAH	POLICIAL DA ONU	04
SUDÃO	UNMIS	POLICIAL DA ONU	03
TIMOR-LESTE	UNMIT	POLICIAL DA ONU	06
GUINÉ-BISSAU	UNIOGBIS	POLICIAL DA ONU	04
TOTAL GERAL	17		

4 - ONU - TROPA	
MINUSTAH (MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI) TROPA – 12º CONTINGENTE	
I BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ	1018 MILITARES (INCLUINDO 1 OFICIAL PARAGUAIO E 1 OFICIAL BOLIVIANO NO ESTADO-MAIOR)
II BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ	900 MILITARES
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE FORÇA DE PAZ	250 MILITARES
PELOTÃO PARAGUAIO	30 MILITARES
TOTAL	2.166 MILITARES BRASILEIROS

5 - OEA - DESMINAGEM	
MILITARES	TOTAL
MARMINCA (HONDURAS, NICARÁGUA, COSTA RICA E GUATEMALA – SUPERVISORES INTERNACIONAIS)	4
MARMINAS (PERU E EQUADOR – MONITORES INTERNACIONAIS)	4
COLÔMBIA (MONITORES INTERNACIONAIS)	7
TOTAL	15

FONTE: Ministério da Defesa: 19/02/2010



Apêndice 5

Evolução da Indústria de Defesa no Brasil a partir da Década de 50 do Século XX

A 2GM provocou o alavancamento do ciclo de P&D, entretanto durante e após o conflito vários materiais começaram a entrar no país a custos baixos em função de um acordo de cooperação militar com os EUA o que fez frear o processo de desenvolvimento da indústria nacional de defesa (Amarante, 2004:21). Ao ter a possibilidade de comprar equipamentos e material bélicos de qualidade a custos baixos, trouxe, como consequência direta, um desinteresse pela produção nacional. Na década de 40 foram criados o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, do Instituto de Pesquisas da Marinha e do Centro Tecnológico do Exército. Era uma ocasião em que o País ainda tinha a economia baseada na agricultura. Nas FFAA eram acesas as luzes do desenvolvimento tecnológico.

Da década de 70 até a de 80 o esforço foi grande e possibilitou ao Brasil situar-se como oitavo exportador mundial no campo da IDB. Em 1975 o governo Ernesto Geisel denunciou o acordo com os EUA. Era um importante momento para a IDB, na ocasião, que a MB recebeu fragatas da classe Niterói na Inglaterra e adquiriu o direito de construir sob licença outras duas no AMRJ, ainda, era criada a IMBEL, com o propósito de reduzir a dependência externa do EB. Quase cem por cento do equipamento do EB passou a ser nacional. Políticas que fomentaram P&D e indústrias acabaram por ser responsáveis por este ambiente. Neste período foram fundadas, dentre outras, a EMBRAER, que produziu o avião de treinamento militar T-27 TUCANO e a ENGESA que fabricava carros de combate, veículos blindados e lançador de foguetes. Estes foram usados na Guerra Irã-Iraque e na Guerra do Golfo (Lange, 2007). No AMRJ além das fragatas, construiu-se, submarinos IKL sob licença alemã, corvetas (concepção brasileira e projeto desenvolvido pelo próprio AMRJ), navio-escola e diversos navios-patrolha, inclusive vendeu-se um baseado na classe “Roraima” ao Paraguai. No caso do submarino, o Brasil entrou para um grupo seletivo dos que detém este conhecimento da construção de cascos resistentes, inclusive sendo o único do hemisfério sul a fazê-lo. O País passou a ser um concorrente dos países centrais.

As FFAA se encarregavam da formação de pessoal e as empresas produziam e exportavam, muitas das vezes, com financiamento e apoio governamental. Havia um ambiente de confiança mútua entre as FFAA e as empresas (idem, ibidem). No final da década de 80 foi verificado o declínio da nossa IDB. A queda do muro de Berlim associada



a uma falta de visão estratégica que projetasse o Brasil como potência na América Latina foram os fatores que desaqueceram este segmento notadamente na fabricação de aviões e equipamentos para os exércitos (Bastos, 2007). Em nome de ajustes fiscais a defesa nacional foi negligenciada, o que levou as FFAA a níveis insustentáveis de sucateamento. Somado a esses fatores perdeu-se o grande cliente externo que era o Iraque. A atual situação é resultado da falta de apoio governamental para o setor da indústria de defesa nacional que vem desde o final da década de 80 e se prolongou pelas décadas seguintes. Esta nova realidade proporcionou um freio no “ciclo locomotiva” (governo, FFAA e indústrias) que atrelewa os “vagões” (incentivo, capacitações, produção, empregos, exportações e divisas).

No início do segundo governo Fernando Henrique foi criado o MD. Em 2004 o Ministro da Defesa José Viegas ao encaminhar correspondência propondo um seminário disse: “as transformações das últimas décadas nos cenários internacional, regional e nacional tornam aconselhável, e até mesmo imperativa, a realização de debate do gênero indústria de defesa” (Silva, 2004). Os movimentos mais atuantes das novas ameaças começaram a fazer, lentamente, com que os civis fossem convidados a repensar o papel dos militares.

No segundo mandato do governo Lula para sanar uma crise de controladores aéreos o Ministro da Defesa foi substituído por Nelson Jobim. Resolvido o problema passou a dar atenção à defesa propriamente dita. Transformou alguns temas que eram problema das FFAA em prioridades de Estado, como foi o caso do submarino de propulsão nuclear. Em finais de 2008, juntamente com Mangabeira Unger encaminhou a END à Presidência da República. Este diploma está montado em três eixos estruturantes que são a reorganização das FFAA, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a política de composição dos efetivos das FFAA. Destaque para a premissa da recuperação da IDB, que são cerca de trezentas empresas que podem ser potencializadas com investimentos no setor, que levaram este autor a focar algumas questões e aspectos relevantes para a reativação desta indústria e, conseqüentemente, alcançar os objetivos estabelecidas na END.



Apêndice 6

Matriz de Validação

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação
<i>QC. Que desafios se colocam ao Brasil na implementação da END tendo em conta o seu atual estado de desenvolvimento econômico e social, em particular no domínio da coesão interna e do desenvolvimento autónomo das indústrias de defesa?</i>	<i>Q1 Quais são os caminhos para reverter o desinteresse histórico da sociedade pelos assuntos de defesa, de forma a tornar aceitáveis os investimentos que serão necessários?</i>	<i>H1. O aprofundamento da discussão e do debate público sobre defesa e desenvolvimento do Brasil é necessário para a implementação e consolidação da END.</i>	Capítulo 2 ✓ Validada
	<i>Q2. Em que medida a END contribui para o desenvolvimento soberano e para a afirmação do Brasil no plano internacional?</i>	<i>H2. A importância crescente do papel do Brasil na América do Sul e no mundo requerem a consolidação da END publicada em Dezembro de 2008.</i>	Capítulo 3 ✓ Validada
	<i>Q3. Justificam-se os aumentos nos investimentos nas FFAA e nas indústrias nacionais de defesa preconizados na END?</i>	<i>H3. O aumento do investimento nas FFAA, na pesquisa científica, na inovação e nas indústrias nacionais de defesa é condição necessária para garantir a implementação da END e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.</i>	Capítulo 4 ✓ Validada
No desenvolvimento do trabalho, que se processou de acordo com o método de investigação científica e foi sustentado na pesquisa bibliográfica para enquadrar e materializar o tema proposto verificou-se que as hipóteses colocadas foram confirmadas.			